Estratégia Concursos

Aula 00

Bizu Estratégico p/ ALCE (Analista Legislativo - Ciências Econômicas) - Pós-Edital

Autor:

30 de Junho de 2020

Bizu Estratégico – Economia p/ALCE (Analista Legislativo – Ciências Econômicas)

Fala, galera. Como anda a preparação?

Neste material, trazemos uma seleção de bizus da disciplina de **Economia** para o cargo de **Analista Legislativo - Ciências Econômicas.**

O objetivo é proporcionar uma revisão rápida e de alta qualidade aos alunos por meio de tópicos do conteúdo programático que possuem as maiores chances de incidência em prova.

Espero que gostem do que preparamos para vocês, pois o conteúdo foi selecionado com o objetivo de vocês acertarem o maior número de questões.

Coach Ricardo Sampaio
Coach Leonardo Mathias

Economia (TCM-SP)		
Assunto	Bizus	Caderno de Questões
Lei da Oferta e da Demanda	1	https://bit.ly/3dpeUeJ
Elasticidades	2	https://bit.ly/2SGUYdK
Teoria do Consumidor	3	https://bit.ly/3nxStsf
Teoria da Produção	4	https://bit.ly/34JUHfq
Custos de Produção	5	https://bit.ly/3lp9qDa
Estruturas de Mercado	6 - 8	https://bit.ly/3lx5Rv4
Eficiência Econômica e Falhas de Mercado	9	https://bit.ly/34GB87N
Agregados Macroeconômicos	10	https://bit.ly/33IguEX
Política Fiscal e Monetária	11	https://bit.ly/2GxsyjV
Modelos Econômicos	12	https://bit.ly/34I9Vl8
Modelo IS-LM	13	https://bit.ly/2GHxceX
Inflação	14 - 16	https://bit.ly/3iLyQJq
Balanço de Pagamentos	17	https://bit.ly/3iGglGl
Modelo IS-LM para Economias Abertas	18	https://bit.ly/3jKMKNB
Crescimento e Desenvolvimento Econômico	19 e 20	https://bit.ly/3nxTAIr
Tributação	21 - 25	https://bit.ly/3nvqYj0
Economia Brasileira Contemporânea	26 - 31	https://bit.ly/2SJZc3W

@vocemaisconcursado

@profleomathias

Observação[1]: Os cadernos de questões contemplam questões da Banca Cebraspe/Cespe. Organize seu tempo para responder pelo menos parte de todos os cadernos, pois assim você conseguirá fazer uma revisão de todos os tópicos.

Observação[2]: Neste material não estão contemplados todos os assuntos do edital, constam apenas os assuntos mais importantes, considerando tanto seu percentual de incidência nas provas quanto sua extensão e complexidade.

ANÁLISE ESTATÍSTICA

Assunto	Grau de incidência em concursos da Banca Cebraspe/Cespe
CONCEITOS FUNDAMENTAIS DE ECONOMIA: O problema econômico. Bens econômicos. Escassez e escolha. Alocação de recursos. A tecnologia. Lei da oferta e da procura. Curva de possibilidades de produção. Sistema econômico. Funcionamento de uma economia de mercado. Teoria elementar de equilíbrio do mercado.	**2,2%**
Elasticidades. Elasticidade-preço da procura e da oferta. Elasticidade renda da procura.	**3,8%**
Teoria do consumidor. Preferência. Curva de demanda individual e de mercado. Função utilidade e curva de indiferença. Restrição orçamentária. Equilíbrio do consumidor. Excedente do consumidor. Efeitos substituição e renda. Bens normais e inferiores.	**6,0%**
A teoria da produção. A função de produção. Isoquantas. Taxa marginal de substituição. A teoria marginalista da distribuição.	**4,8%**
Custos de produção. Função de custo: curto e longo prazo, custo fixo e variável. Custo marginal e custo médio. Rendimentos decrescentes e rendimentos de escala. Isoquanta e isocusto. Economias de escala e de escopo.	**1,8%**
Estruturas de mercado: estruturas de concorrência, concorrência perfeita, oligopólio, concorrência monopolística.	**8,1%**
Estratégias competitivas e jogos. Teoria dos jogos.	**1,3%**
Falhas do mercado. Equilíbrio geral e bem-estar. Subsídio direto, indireto e cruzado. Integração vertical. Contestabilidade. Barreiras à entrada. Bens públicos, semipúblicos e privados. Teoria do bem-estar social. Governo e externalidades. Problemas e modelos para a questão ambiental. Falhas de mercado. Monopólio natural. Bens públicos. Externalidades.	**4,9%**
Contas nacionais: contabilidade nacional. Conceito de produto, renda e despesa. Produto bruto e produto líquido. Produto interno e produto nacional. Produto a preços de mercado e a custo de fatores. Produto nominal e produto real. Fluxo circular de renda.	**5,2%**
Contas nacionais do Brasil.	**0,7%**
Políticas fiscal, monetária e de rendas.	**6,6%**
Modelo Clássico.	**0,2%**
Teoria de determinação da renda. Renda nacional de equilíbrio. Variação nos componentes da demanda agregada e multiplicadores. Modelo Keynesiano.	**2,3%**
Economia monetária. Conceito e funções da moeda. Oferta e demanda de moeda. Política monetária e instrumentos de regulação.	**3,7%**
Modelo IS-LM. As funções consumo e investimento.	**1,6%**

Hiato inflacionário e hiato deflacionário. Inflação e desemprego. Curva de Phillips. Teorias monetárias. Inflação. Inflação de demanda. Inflação de custos. Inflação inercial.	**2,8%**
Política cambial e política comercial.	**1,9%**
Estrutura do balanço de pagamentos.	**3,9%**
Regimes cambiais: taxas de câmbio fixa, flutuante, flutuação administrada e bandas cambiais. Efeitos da apreciação ou depreciação do câmbio.	**1,9%**
Modelo ISLM com balanço de pagamentos. Modelo de economia aberta. Taxa de câmbio e taxa de juros.	**5,7%**
Modelos: síntese neoclássica, neokeynesianos e as expectativas racionais.	**0,2%**
Crescimento e desenvolvimento econômico: Os conceitos de crescimento e de desenvolvimento econômico. Modelos de crescimento. Estratégias de crescimento. Protecionismo e liberalismo econômico. Desenvolvimento econômico e social. Desigualdades socioeconômicas da população brasileira. Distribuição da renda.	**1,5%**
O sistema financeiro. Sistema de pagamentos brasileiro. Operações no mercado financeiro brasileiro.	**1,2%**
Conceito de déficit e dívida pública. Conceitos acima e abaixo da linha. Necessidade de financiamento do setor público. Conceitos nominal e operacional de resultado e resultado primário. Curva de Laffer. Perfil da dívida pública. Financiamento do déficit. Comportamento das contas públicas e financiamento do déficit público no Brasil.	**9,1%**
Princípios de tributação. O Sistema tributário brasileiro. Impostos regressivos e progressivos. Impostos sobre consumo em cascata e sobre valor adicionado. Tributação e equidade. Os Tributos no Brasil. Federalismo.	**5,0%**
Previdência social. Reforma do Estado. Crise fiscal. Desestatização.	**1,3%**
Estado regulador e teoria da captura. Parceria público-privada. Regulação econômica.	**5,2%**
Economia no Estado do Ceará	**0%**
Teoria do comércio internacional. Vantagens comparativas, Modelo Heckscher- Ohlin. Comércio e desenvolvimento. Políticas de comércio internacional: instrumentos tarifários e não tarifários. Globalização, blocos econômicos regionais e acordos multilaterais e bilaterais de comércio exterior. O mercado de capitais global. Organismos internacionais: FMI, BIRD, BID, OMC, G20, FSB.	**0,5%**
ECONOMIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA: Evolução da economia brasileira e da política econômica desde o período do milagre econômico. A crise das décadas de 1970 e 1980. Reformas estruturais da década de 90. Economia brasileira no pós-plano real.	**6,7%**

CONCEITOS FUNDAMENTAIS DE ECONOMIA

1. LEI DA OFERTA E DA DEMANDA

Curva de Demanda

- Relaciona a **quantidade (eixo x)** de um determinado produto que é demandado de acordo com o **preço praticado (eixo y)**.
- É **decrescente** (regra geral), pois quanto "mais barato" o produto, mais pessoas poderão e quererão comprar.

PRINCIPAIS FATORES QUE AFETAM A DEMANDA			
Alteração no Preço do Próprio Bem	Variável de Dentro do Modelo (**Endógena**)	Deslocamento **AO LONGO** da curva	Aumento do Preço → Menor Quantidade.
			Diminuição do Preço → Maior Quantidade.
Alteração na Renda	Variável de Fora do Modelo (**Exógena**)	Deslocamento **DA** curva	Maior Renda → toda a curva "sobe e vai pra direita".
			Menor Renda → toda a curva "desce e vai para esquerda".
Alteração do Preço de um Bem Complementar[1]	Variável de Fora do Modelo (**Exógena**)	Deslocamento **DA** curva	Aumento do Preço → toda a curva "desce e vai para esquerda".
			Diminuição do Preço → toda a curva "sobe e vai pra direita".
Alteração do Preço de um Bem Substituto[2]	Variável de Fora do Modelo (**Exógena**)	Deslocamento **DA** curva	Aumento do Preço → toda a curva "sobe e vai pra direita".
			Diminuição do Preço → toda a curva "desce e vai para esquerda".

1 - Bens Complementares: bens que são "consumidos juntos". Ex.: Arroz e Feijão.

2 - Bens Substitutos: bens que substituem um ao outro. Ex.: Álcool e Gasolina.

Outros fatores que afetam a Demanda: **gostos/preferências, expectativas, entrada e saída de novos participantes no mercado**.

Função da Demanda

- É uma função que **calcula a quantidade demandada de acordo com determinados parâmetros**, frequentemente apenas o preço do bem aparece na equação.
- Exemplo:

$$q_d(p) = 50 - 3 * p$$

- Para cada valor de "p" que substituímos na função, obtemos um valor de q_d.

Curva de Oferta

- Relaciona a **quantidade (eixo x)** de um determinado produto que é ofertado de acordo

com o **preço praticado (eixo y)**.

- É **crescente** (regra geral), pois quanto "mais caro" o produto, mais produtores quererão produzir.
- Fatores que afetam a oferta:

PRINCIPAIS FATORES QUE AFETAM A OFERTA			
Alteração no Preço do Próprio Bem	Variável de Dentro do Modelo (**Endógena**)	Deslocamento **AO LONGO** da curva	Aumento do Preço → Maior Quantidade.
			Diminuição do Preço → Menor Quantidade.
Custos	Variável de Fora do Modelo (**Exógena**)	Deslocamento **DA** curva	Menores Custos → toda a curva "sobe e vai pra direita".
			Maiores Custos → toda a curva "desce e vai para esquerda".

- **Outros fatores** que afetam a Oferta: **tecnologia, preços de bens relacionados na oferta, entrada e saída de novos participantes no mercado.**

Função da Oferta

- É uma função que calcula **a quantidade ofertada de acordo com determinados parâmetros**, frequentemente apenas o preço do bem aparece na equação.
- Exemplo:

$$q_o(p) = 4 * p$$

- Para cada valor de "p" que substituímos na função, obtemos um valor de q_o.

Equilíbrio

- Os mercados **tendem ao equilíbrio**:
  - **Se o bem está "muito caro"**, poucas pessoas comprarão e muitas produzirão, o que aumenta a oferta e diminui a demanda. Com isso **o preço "cai"**.
  - **Se o bem está "muito barato"**, muitas pessoas comprarão e poucas produzirão, o que diminui a oferta e aumenta a demanda. Com isso **o preço "sobe"**.
- Para descobrir o ponto de equilíbrio, colocamos num mesmo gráfico (podemos fazer isso, pois os eixos são correspondentes) as curvas de oferta e demanda. O **ponto de equilíbrio é onde as curvas se encontram**.
- Também podemos calcular matematicamente igualando as Funções da Demanda e Oferta.

$$q_d = q_o$$

- O ponto de equilíbrio define uma quantidade e um preço de equilíbrio.

Estática Comparativa

- Estuda o que acontece com o mercado quando alteramos apenas uma variável. (*ceteris*

paribus = "tudo o mais constante").

ESTÁTICA COMPARATIVA		
Preço Diferente do Equilíbrio	$P > P_E$ ("Bens Caros")	Excesso de Oferta → Baixa nos Preços.
	$P < P_E$ ("Bens Baratos")	Escassez de Produtos → Alta nos Preços.
Deslocamento da Curva de Demanda	Aumento da Demanda	Aumento no Preço e Quantidade de Equilíbrio.
	Diminuição da Demanda	Diminuição no Preço e Quantidade de Equilíbrio.
Deslocamento da Curva de Oferta	Aumento da Oferta	Diminuição no Preço e Aumento na Quantidade de Equilíbrio.
	Diminuição da Oferta	Aumento no Preço e Diminuição na Quantidade de Equilíbrio.

- Vimos os fatores que provocam deslocamentos nas curvas de demanda e oferta anteriormente.

2. ELASTICIDADES

Conceito

- É uma medida que relaciona **quanto variou proporcionalmente uma variável em relação à variação proporcional da outra**.

$$e = \frac{\frac{\Delta x}{x}}{\frac{\Delta y}{y}}$$

Elasticidade-Preço da Demanda

- Mede **quanto variou proporcionalmente a quantidade demandada em relação a uma variação proporcional do preço**.

$$EPD = \frac{\frac{\Delta q}{q}}{\frac{\Delta P}{P}} \qquad \text{ou ainda} \qquad EPD = \frac{Variação\ \%\ da\ Quantidade\ Demandada}{Variação\ \%\ do\ Preço}$$

- A variação, na maioria das vezes é negativa [preço sobre (+) → quantidade cai (-)]. É frequente "omitir-se" o sinal negativo na EDP.

TIPOS DE EPD		
NOME	**VALOR**	**BIZU**
Perfeitamente Inelástica	EPD = 0	Preço muda, mas a quantidade não muda.
Inelástica	0 < EPD < 1	Preço aumenta "muito", mas a quantidade muda "pouco".
Unitária	EPD = 1	Preço e Quantidade mudam na mesma proporção.
Elástica	EPD > 1	Preço muda "pouco", mas a quantidade muda "muito".
Perfeitamente Elástica	EPD = ∞	Preço muda, quantidade vai a zero ou infinito.

FATORES QUE AFETAM A EPD			
EXISTÊNCIA DE BENS SUBSTITUTOS	**Há bens similares**	Se o preço aumentar o consumidor pode escolher comprar o outro bem.	Elasticidade **Alta**

	Não há bens similares	Se o preço aumentar o consumidor não tem muito o que fazer, comprará igual.	Elasticidade **Baixa**
GRAU DE NECESSIDADE DOS BENS	**Bem supérfluo**	Se é um bem supérfluo, se o preço aumentar, você pode deixar de comprar.	Elasticidade **Alta**
	Bem necessário	Se é um bem que você realmente precisa, se o preço aumentar, você continuará comprando.	Elasticidade **Baixa**
COMPROMETIMENTO DA RENDA	**Bem compromete pouco da renda**	Se o bem já é "bem baratinho" se o bem dobrar de valor, você não sentirá tanto.	Elasticidade **Baixa**
	Bem compromete muito da renda	Se o bem é "caro", aumentar um pouco seu preço pode ser que você não consiga/queira comprar.	Elasticidade **Alta**
TEMPO DE ADAPTAÇÃO	**Curto prazo**	Se a gasolina subir, levará algum tempo para que você busque alternativas (encontrar a linha de ônibus, comprar um carro mais econômico...) para se adaptar.	Elasticidade **Baixa**
	Longo prazo		Elasticidade **Alta**

Elasticidade-Renda da Demanda

- Mede **quanto variou proporcionalmente a quantidade demandada em relação a uma variação proporcional da renda**.

$$ERD = \frac{\frac{\Delta q}{q}}{\frac{\Delta Y}{Y}} \quad \text{ou ainda} \quad ERD = \frac{Variação\ \%\ da\ Quantidade\ Demandada}{Variação\ \%\ da\ Renda}$$

SIGNIFICADO DA ERD		
ERD<0	Elasticidade Negativa **Bem Inferior**	Quando sua renda aumenta, você deixa de comer "**miojo com ovo**" (bem inferior) para ir pro rodízio.
ERD=0	Elasticidade Nula Bem de Consumo Saciado	O consumo não é afetado pela mudança de sua renda, por exemplo: água, você não consumirá mais se sua renda aumentar.
ERD>0	Elasticidade Positiva Bem Normal	O consumo é afetado pela variação da sua renda. Quanto maior a ERD, mais varia a quantidade de consumo do produto para uma mesma variação na renda. "Jantar fora" pode ser considerado um bem superior: imagine que com sua renda atual você "paga as contas" e consegue sair pra jantar 2 vezes por mês, se sua renda aumentar 10% você pode continuar pagando suas contas, e agora poderá sair para jantar 4 vezes. A quantidade aumentou muito mais do que a renda.
0<ERD<1	Elasticidade Inelástica Bem Normal	
ERD=1	Elasticidade Unitária Bem Normal	
ERD>1	Elasticidade Elástica Bens Superiores (ou Normais)	

Elasticidade-Preço Cruzada da Demanda

- Mede **quanto variou proporcionalmente a quantidade demandada de um bem (X) em relação a uma variação proporcional do preço de outro bem (Y)**.

$$E_{XY} = \frac{\frac{\Delta q_X}{q_X}}{\frac{\Delta P_Y}{P_Y}} \quad \text{ou ainda} \quad E_{XY} = \frac{Variação\ \%\ da\ Quantidade\ Demandada\ de\ X}{Variação\ \%\ do\ Preço\ de\ Y}$$

SIGNIFICADO DA E_{XY}		
$E_{XY} > 0$	**Bens Substitutos**	Quando o preço da Coca-cola (Y) aumenta, a quantidade de Pepsi (X) consumida também aumenta.

$E_{XY} < 0$	Bens Complementares	Quando o preço do Arroz (Y) aumenta, a quantidade consumida de Feijão (X) diminui.
$E_{XY} = 0$	Bens Independentes	Quando o preço das roupas (Y) aumentam, a quantidade consumida de refrigerante (X) não muda.

Elasticidade-Preço da Oferta

- Mede **quanto variou proporcionalmente a quantidade ofertada em relação a uma variação proporcional do preço.**

$$EPO = \frac{\frac{\Delta q_O}{q_O}}{\frac{\Delta P}{P}} \quad \text{ou ainda} \quad EPO = \frac{Variação\ \%\ da\ Quantidade\ Ofertada}{Variação\ \%\ do\ Preço}.$$

TIPOS DE EPO		
NOME	**VALOR**	**BIZU**
Perfeitamente Inelástica	EPD = 0	Preço muda, mas a quantidade ofertada não muda.
Inelástica	0 < EPD < 1	Preço aumenta "muito", mas a quantidade ofertada muda "pouco".
Unitária	EPD = 1	Preço e quantidade ofertada mudam na mesma proporção.
Elástica	EPD > 1	Preço muda "pouco", mas a quantidade ofertada muda "muito".
Perfeitamente Elástica	EPD = ∞	Preço muda, quantidade ofertada vai a zero ou infinito.

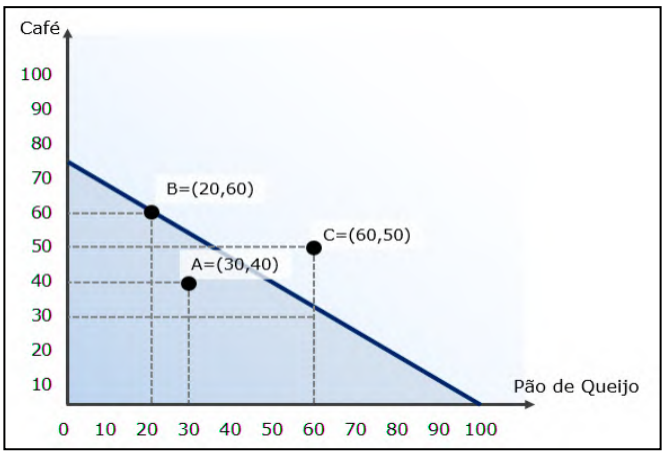
MICROECONOMIA

3. TEORIA DO CONSUMIDOR

Restrição Orçamentária

- Os consumidores escolhem as **melhores coisas** dentro daquilo que **podem/conseguem adquirir**. Isso significa dizer que todo consumidor possui um **orçamento restrito**.

- Para simplificar, consideramos a existência de apenas 2 bens para o consumidor escolher, a quantidade de cada um é representada nos eixos do gráfico espaço mercadoria. **Cada ponto do gráfico representa uma cesta de bens** que combina x quantidades do Bem 1 (ex.: Pão de Queijo) e y do Bem 2 (ex.: Café):



- A reta azul representa a restrição orçamentária, ou seja, **este** consumidor pode adquirir combinações dos bens Pão de Queijo e Café, contanto que a **cesta que a represente esteja sobre, ou abaixo da reta** de restrição orçamentária. Neste exemplo:
  - O consumidor pode comprar 30 Pães e 40 Cafés, e ainda sobra dinheiro (cesta A -

interna);

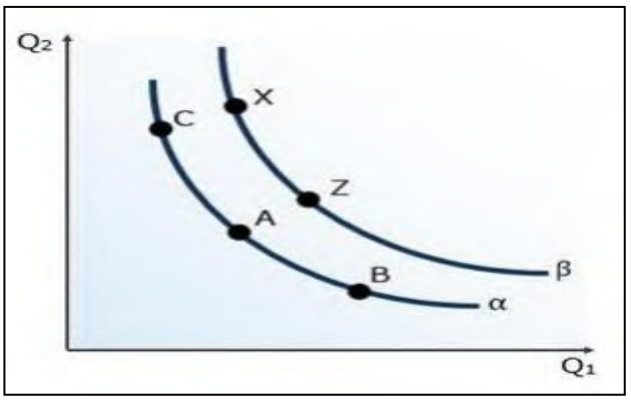
- O consumidor pode comprar 20 Pães e 60 Cafés, esgotando seu orçamento (cesta B - limítrofe), por esgotar sua renda, é considerada uma cesta ótima;
- O consumidor não pode comprar 60 Pães e 50 Cafés (cesta C - externa).

- **A inclinação da reta é igual à relação do preço dos bens**, quanto "mais caro" o bem 1 (eixo x) mais vertical é a reta, quanto "mais caro" for o bem 2 (eixo y) mais horizontal será a reta. Consequentemente, **alterações nos preços dos bens modificam a inclinação da reta**, **salvo se forem proporcionais, neste caso provocarão uma translação da reta**. **O mesmo aconteceria se houver um aumento ou redução do orçamento/renda do consumidor**.

Curvas de Indiferença

- **Teoricamente, bens são consumidos porque trazem utilidade às pessoas.** Entretanto, **quanto mais consumimos de um bem, menor é a utilidade que a última unidade adquirida (Utilidade Marginal) irá nos proporcionar**. Imagine quanta utilidade proporciona o 1º copo de água consumido após uma tarde trabalhando no sol, definitivamente o 5º copo traria bem menos satisfação. **Essa é a Lei da utilidade marginal decrescente.**

- **As curvas de indiferença**, assim como a reta orçamentária, também são mostradas no gráfico em que os eixos apresentam a quantidade consumida de cada bem. Entretanto, elas **representam a combinação dos dois bens que proporcionam ao consumidor a mesma utilidade total**:



- Neste exemplo, temos duas curvas de indiferença: α e β. Para o consumidor, tanto faz consumir a cesta "A, "B" ou "C". **A curva β, por estar mais "alta" do que a α, representa uma utilidade maior**, ou seja, para este consumidor, tanto faz "X" ou "Z", mas ambas trazem mais utilidade do que "A, "B" ou "C".

- Outras características das Curvas de Indiferença:
  - **Não se cruzam**;
  - Médias são preferíveis aos extremos;
  - **A sua inclinação é decrescente (curva convexa)**. E é igual a razão entre as utilidades marginais dos bens.

- É importante mencionar que **essas características são das curvas de indiferença bem-comportadas**. Há situações especiais onde às curvas possuem características bem distintas (retas, formato de L, côncavas etc.).

Função de Utilidade Cobb-Douglas

- Diversos tipos de **expressões matemáticas podem quantificar a utilidade a partir das quantidades consumidas de cada bem**. **A mais comum em provas, e que gera curvas de indiferença bem comportadas são as funções Cobb-Douglas**. Elas têm o seguinte formato:

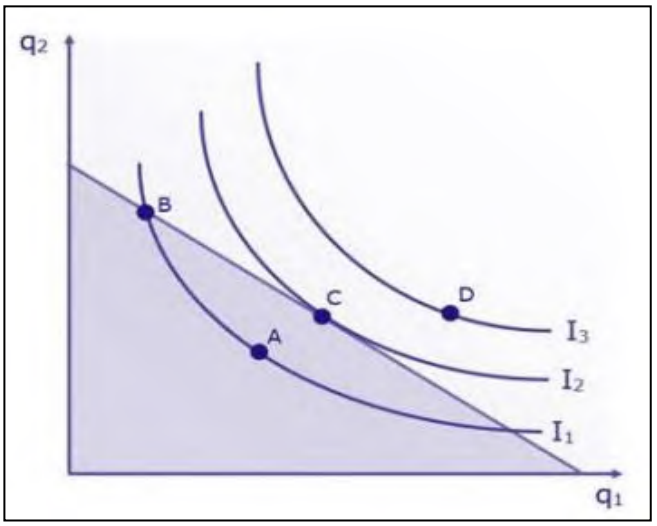
$$U(q_1, q_1) = K * q_1^a * q_1^b$$

K, a, b representam constantes.

- É interessante saber ainda que, as constantes a e b indicam qual o percentual da renda gasto com cada bem que maximizam a utilidade total:
  - Proporção gasta com q1: a / (a +b)
  - Proporção gasta com q2: b / (a +b)

Escolha ótima do Consumidor

- **A situação ideal para o consumidor,** e, portanto, o equilíbrio, acontecerá quando considerando sua reta de restrição orçamentária, ele escolher a cesta de bens que traz a maior utilidade. Isso **acontece, nas curvas bem comportadas, no ponto em que a curva de indiferença tangencia a curva de restrição orçamentária**:



- Neste exemplo, o ponto de equilíbrio ocorre em "C".

- Vimos que a inclinação da reta orçamentária e a relação dos preços e a inclinação da curva de indiferença é a relação das utilidades marginais, portanto, **matematicamente, no equilíbrio:**

$$\frac{U_{mg_1}}{U_{mg_2}} = \frac{p_1}{p_2}$$

4. TEORIA DA PRODUÇÃO

Fatores de Produção

- Fatores de Produção, ou insumos, são os **recursos que as empresas utilizam para produzir**. São 2 os fatores principais para nosso estudo:
  - **Capital (K)**: Máquinas, equipamentos, estrutura física etc., utilizados na produção.
  - **Trabalho (L)**: são as pessoas contratadas que atuam na produção.

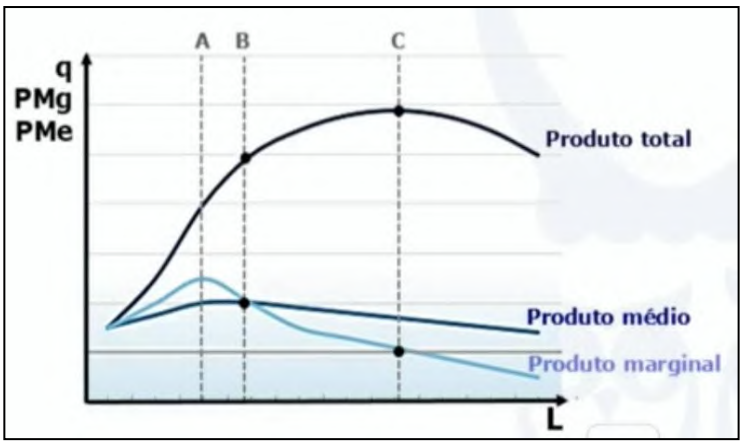
Curto Prazo x Longo Prazo

- **Curto Prazo** é o período em que um **dos fatores de produção permanece inalterado**, e o outro varia.
- **Longo Prazo** é o período em que **os dois fatores de produção são variáveis**.

Produção no Curto Prazo

- Vamos supor que, no curto prazo, o capital (K) é fixo e o trabalho (L) é variável. Assim definimos 3 conceitos:
  - **Produto Total**: toda a quantidade produzida por todos os trabalhadores: **q**
  - **Produto Médio** (do trabalho): toda a quantidade produzida dividida pelo número de trabalhadores: **$PMe_L = q / L$**
  - **Produto Marginal** (do trabalho): quantidade produzida acrescentada quando adicionamos 1 trabalhador na produção: **$PMg_L = \Delta q/\Delta L$.**

- Gráfico da Produção no Curto Prazo, desenhando o gráfico, facilita chegar às conclusões:



  - A produção total cresce enquanto o PMg_L é positivo (até C);
  - O PMg_L atinge seu máximo quando a concavidade da curva da produção total muda de sentido (ponto A);
  - **Enquanto PMg_L for maior que PMe_L, este segundo é crescente (até B)**;
  - Quando PMg_L for menor que PMe_L, este segundo é decrescente (após B);
  - **Quando PMg_L for menor que zero, a produção total passa a cair (após C)**.

Função da Produção

- É uma função que **calcula a quantidade total produzida de acordo com os fatores de produção**. Por exemplo:

$$q(L,K) = L^3 * K$$

- **Derivando a função de produção** total em relação a determinado fator de produção, **encontramos a função do produto marginal** deste fator:

$$PMg = q'$$

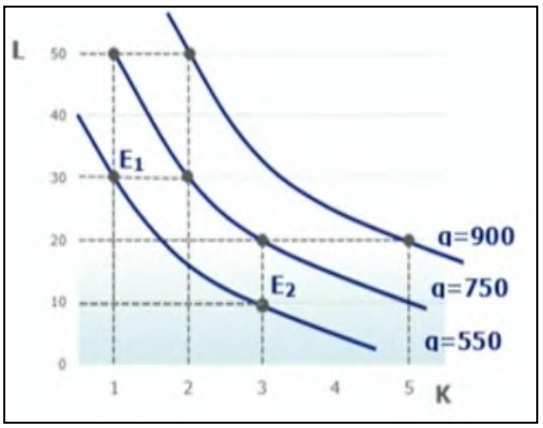
- Para derivar[1] uma função "com esta cara", "descemos" o expoente multiplicando e subtraímos uma unidade dele, repetindo o resto.

$$q'(L,K) = \mathbf{3}*L^{\mathbf{2}}*K$$

Não cabe aqui entrar em maiores detalhes sobre derivação

Longo Prazo - Isoquantas

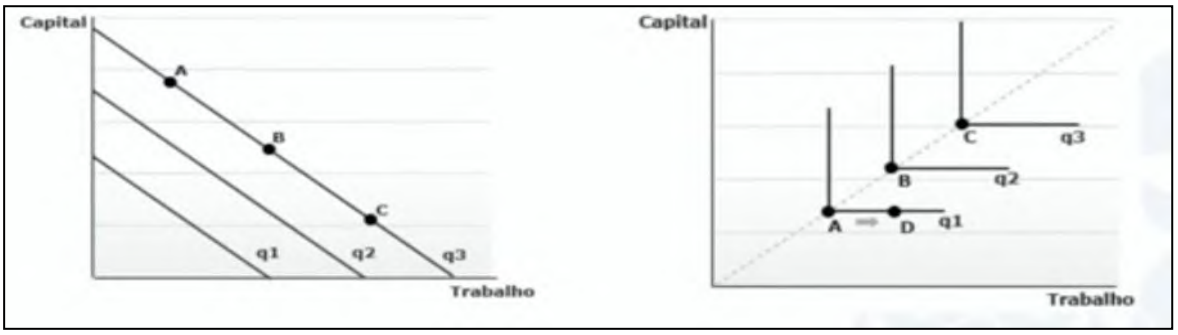
- As **Isoquantas são curvas que mostram combinações de fatores de produção que resultam numa mesma quantidade produzida**. O Mapa de Isoquantas abaixo mostra 3 níveis de produção diferentes (q=550, q=750 e q=900).



- Interpretação: para produzir q=550 a empresa pode optar por utilizar K=3 e L=10 ou K=1 e L=30. Ou ainda qualquer outra combinação pertencente à curva.

- Características das Isoquantas:
  - Nunca se tocam;
  - São convexas;
  - Quanto mais para direita e para cima, maior o nível de produção.

- Isoquantas Especiais: quando os insumos são substitutos perfeitos (tanto faz trabalho ou capital) e quando são complementares perfeitos (a proporção de combinação é fixa):



  - **Substitutos perfeitos (esquerda):** imagine que para o banco tanto faz um caixa eletrônico ou um caixa pessoa física (obviamente isso não é a realidade).
  - **Complementares perfeitos (direita):** imagine a relação costureira e máquina de costura, estamos na proporção correta (1:1), não adianta aumentar o número de máquinas ou de costureiras que a produção não vai mudar. O aumento precisa ser conjunto. (Obs.: não necessariamente a proporção é 1:1, ela deve apenas ser fixa).

Longo Prazo - Taxa Marginal de Substituição Técnica

- Taxa Marginal de Substituição Técnica (TMgST): **mede quanto eu preciso alterar a quantidade de um insumo, para compensar a alteração da quantidade do outro** insumo,

mantendo o mesmo nível de produção. Define a inclinação da Isoquanta.

- **TMgST = ΔL/ΔK**

Longo Prazo - Rendimentos de Escala

- Aumentar a escala significa **aumentar simultaneamente e na mesma proporção os fatores de produção**.
- Imagine que você dobre o insumo trabalho e dobre o insumo capital, temos 3 situações possíveis:

RENDIMENTOS DE ESCALA			
QUANTIDADE PRODUZIDA EXATAMENTE DOBRA	**Rendimentos Constantes de Escala**	Distância entre Isoquantas constante.	**Grau da função de produção = 1**
QUANTIDADE PRODUZIDA MAIS DO QUE DOBRA	**Rendimentos Crescentes de Escala**	Distância entre Isoquantas cada vez maiores.	**Grau da função de produção > 1**
QUANTIDADE PRODUZIDA MENOS DO QUE DOBRA	**Rendimentos Decrescentes de Escala**	Distância entre Isoquantas cada vez menores.	**Grau da função de produção < 1**

- **Para calcular o grau da função de produção somamos os expoentes dos fatores de produção**. Ex.: $q(L,K) = L^3*K$ -> grau da função = 3 + 1 = 4 (rendimentos crescentes).

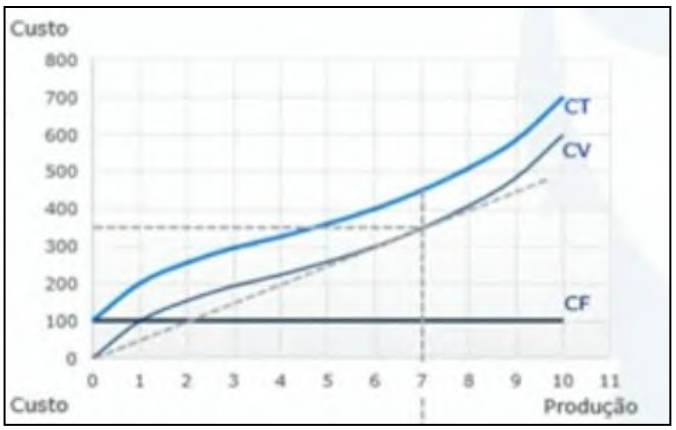
5. Custos

Custos Fixos, Variáveis e Total

- **O Custo Total (CT) é a soma do Custo Fixo (CF) e Custo Variável (CV)**:

$$CT = CF + CV$$

- **Custo Fixo não se altera com a quantidade produzida**, na função do Custo Total é a parte independente de q.
- **Custo Variável se altera com a quantidade produzida**, na função do Custo Total é a parte dependente de q.



Custos Médio, Marginal no Curto Prazo

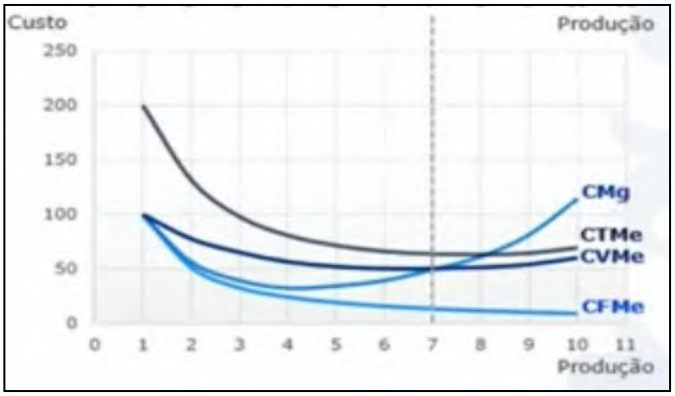
- Podemos calcular Custo Total Médio, Custo Fixo Médio e Custo Variável Médio, que nada mais é do que estes custos divididos pela produção.

- **Podemos calcular também o Custo Marginal, que representa a variação do custo para acrescentar mais 1 unidade a quantidade produzida**:

$$CMg = \frac{\Delta C}{\Delta Q}$$

- **O custo marginal é a derivada do Custo Total.**

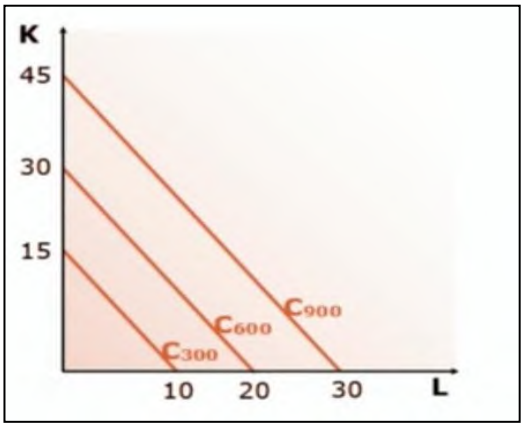
- Assim como para o Custo Médio, podemos calcular o Custo Total Marginal, o Custo Fixo Marginal e o Custo Variável Marginal.
- **O Custo Marginal inicia caindo e a partir de certo ponto começa a crescer**. Ex.: dois trabalhadores conseguem ser mais eficientes individualmente do que um trabalhador sozinho (especialização), mas colocar trabalhadores demais começa a atrapalhar a produção.



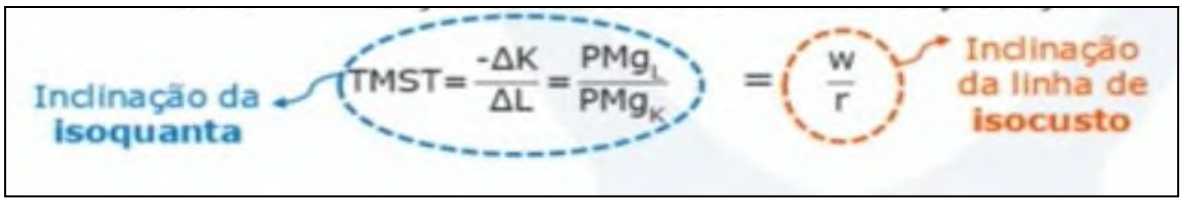
- Quando a Curva de Custo Marginal cruza a Curva de Custo Variável Médio, este último começa a subir.
- Quando a Curva de Custo Marginal cruza a Curva de Custo Total Médio, este último começa a subir.
- O Custo Fixo Médio sempre cai.

Custos no Longo Prazo: Isocustos

- Assim como as Isoquantas, as **linhas de Isocustos mostram as combinações dos fatores de produção que geram um mesmo custo de produção**:



- Interpretação: para ter um custo de 300, posso utilizar 10 trabalhadores (e nenhuma "máquina") ou 15 "máquinas" (e nenhum trabalhador). Ou qualquer outra combinação sobre a linha C_{300}.
- **Para minimizar os custos para uma determinada produção, procuramos a Isoquanta "mais alta" que a linha de Isocusto consegue atingir**. Isso ocorre quando:



- O processo é o mesmo quando queremos maximizar a produção para um determinado custo.

Lucro, Receita Total, Receita Média e Receita Marginal

- **O Lucro Total é a Diferença entre a Receita Total e o Custo Total**:

$$LT = RT - CT$$

- A Receita Total é a quantidade multiplicada pelo Preço:

$$RT = q * p$$

- A Receita Média é a Receita Total dividida pela quantidade, isso equivale ao preço:

$$RMe = RT / q = q * p / q = p$$

- **A Receita Marginal é a variação na Receita Total quando se altera 1 unidade na quantidade**:

$$RMg = \Delta RT/\Delta q$$

Maximização dos Lucros

- Aprendemos que, a partir de certo ponto o Custo Marginal é crescente: "fica cada vez mais caro produzir um produto".
- A curva de Receita Marginal, a partir de certo ponto é decrescente: "quanto maior a produção, mais difícil é vender sem abaixar o preço".
- Enquanto o custo para se produzir uma unidade é menor que a receita que ele vai gerar, a produção dessa unidade aumentará o lucro. Ou seja, **é interessante para empresa produzir até que o seu custo marginal se iguale a sua receita marginal**. A partir desse ponto, a receita da unidade produzida será menor que seu custo.

6. Concorrência Perfeita

Características

- **Na Concorrência Perfeita, o mercado é tão diversificado que se torna impessoal**, não há espaço para rivalidades diretas. Suas principais características são:
  - **Mercado Atomizado**: existem muitos "pequenos" produtores e muitos "pequenos" consumidores, ninguém se destaca e consequentemente **ninguém consegue influenciar o "todo do mercado".**
  - **Homogeneidade dos Produtos**: os produtos das diferentes empresas são bastante semelhantes, não há "um melhor do que o outro", ou seja, **os produtos são substitutos perfeitos entre si**.
  - **Informação Completa**: **produtores e consumidores possuem amplo conhecimento sobre mercado**. O consumidor não vai comprar um produto "mais caro" se existe outro "mais barato". O produtor conhece seus custos e preço de forma que sabe

tomar a decisão de quanto produzir.

- **Liberdade de Entrada e Saída: ausência de barreiras para que novas empresas entrem no mercado**, e saiam do mercado. Barreiras podem ser leis, patentes, tecnologia, necessidade de altos investimentos, economia de escalas.

Equilíbrio da Firma Competitiva

- A regra geral para maximização dos lucros é sempre válida:

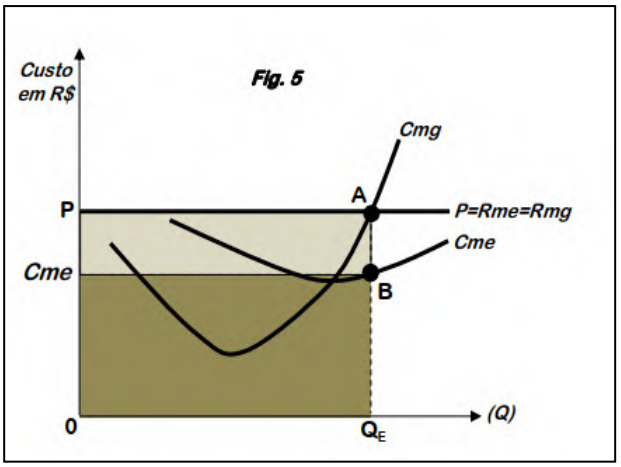
$$RMg = CMg$$

- **Quando o mercado está em concorrência perfeita, no equilíbrio, a Receita Marginal é igual ao Custo Marginal e também é igual ao Preço**.

$$RMg = CMg = p$$

Lucro na Firma Competitiva no Curto Prazo

- Na Concorrência Perfeita, a empresa é uma tomadora de preço, ou seja, se sujeita ao preço praticado no mercado. Se ela aumentar o preço, ninguém compra; e não tem motivos para diminuir o preço, pois conseguiria vender por mais.



- Interpretação:
  - Preço é constante (não importa quanto à empresa produz, ele é determinado pelo mercado), portanto, o preço, a receita média e a receita marginal são todos iguais.
  - O Lucro é a diferença entre a RT e o CT, a RT é p*q e o CT é CMe*q, portanto:

$$LT = p*q - q*CMe = q * (p - CMe)$$

  - **No gráfico, LT representa a área do retângulo claro**. (b = q, h = (p - CMe).

Lucro na Firma Competitiva no Longo Prazo

- No longo prazo, todos os custos são variáveis, pois a empresa pode variar todos os fatores de produção.

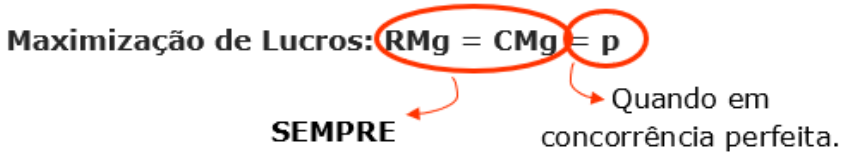
- **O equilíbrio acontecerá quando a Receita Total for exatamente igual ao Custo Total (Lucro Extraordinário zero)**.

  - Imagine que uma pessoa com dinheiro para investir veja um mercado que esteja gerando lucros extraordinários (RT>CT). Devido a não existência de barreiras para

entrada (e demais características da Concorrência Perfeita), essa pessoa, e muitas outras, irão montar seus próprios negócios e passar a atuar no mercado. Com mais produtores, a tendência do preço é baixar, isso ocorrerá até que o preço se iguale ao custo médio, e não haja mais estímulo para novas pessoas entrarem no mercado. Ponto em que ocorre o equilíbrio.

- Lucro Extraordinário igual a zero não significa que o empresário não está ganhando nada. Pois dentro dos custos podem estar seu "salário mensal", remuneração do seu investimento etc.

- Em Estruturas de Mercado, a **"Maximização de lucros"** é algo bastante recorrente. Na concorrência perfeita, especificamente, como a **receita marginal é sempre igual ao preço**, à condição de maximização envolve igualar preço e custo marginal.



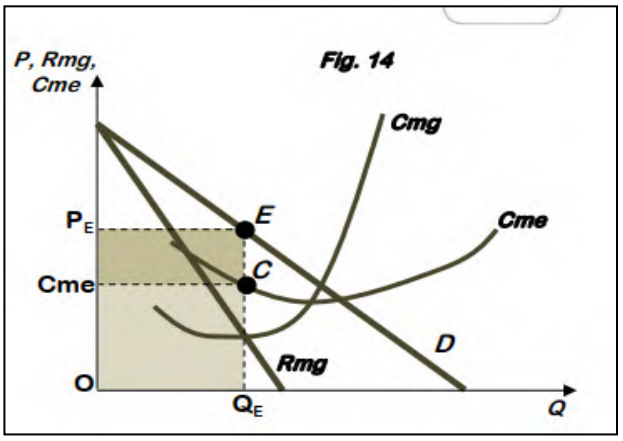
7. Monopólio

Características

- Representa o extremo oposto da Concorrência Perfeita, **há uma única empresa no mercado, não existe competição**. Suas principais características são:
  - Uma única empresa produtora: essa é a essência do Monopólio.
  - Não há produtos substitutos: decorrência da característica anterior, o consumidor não tem alternativa, só há uma "variação" do produto.
  - **Existem barreiras de entrada no mercado**: é o que explica a existência do monopólio, novas empresas não entram no mercado porque não podem/conseguem. Como dito anteriormente barreiras podem ser leis, patentes, tecnologia, necessidade de altos investimentos, economias de escala.

Equilíbrio e Lucro do Monopolista

- No Monopólio, a empresa é uma discriminadora de preço, ou seja, como só existe ela no mercado, ela tem o "poder" de definir o preço. Obviamente quanto maior o preço que ela estabelecer, menor quantidade irá vender. (Curva de demanda decrescente).
- Como sempre, vale a regra geral para



maximização dos lucros:

RMg = CMg

- Interpretação: quando o lucro é maximizado, a Receita Marginal é Igual ao Custo Marginal. No entanto, diferentemente da Concorrência Perfeita, **o Preço de Equilíbrio é Superior a Receita Marginal e também ao Custo Médio, isso implica em Lucros Extraordinários (retângulo escuro).**
  - Da mesma forma que na Concorrência Perfeita, os Lucros Extraordinários atraem novos produtores. Entretanto, como existem barreiras de entrada, não será possível a participação de novos produtores no mercado, logo a situação de Lucros Extraordinários torna-se estável.

8. Oligopólio

Características

- O oligopólio tem por característica a existência de poucas empresas dominando o mercado.
- As empresas têm alguma concorrência entre si, mas não são tomadoras de preços, pois detêm algum poder de mercado. Eles também surgem pela existência de barreiras de entrada.
- Os oligopolistas, portanto, precisam se preocupar não apenas com suas curvas de custos e demanda, mas também com as decisões de seus concorrentes atuais. Essas decisões complexas decorrem do fato de que a existência de poucos concorrentes significa que cada ação pode ter uma reação, que deve ser considerada pela firma oligopolista.
- **Os produtos podem ou não ser diferenciados**. Mas em se tratando de concursos, é extremamente comum **considerar que os produtos são homogêneos (não diferenciados).**
- A forma como os oligopolistas interagem e suas estratégias definem o modelo de oligopólio:
  a. No modelo de **Cournot**, as firmas oligopolistas: produzem produtos homogêneos; decidem a quantidade produzida simultaneamente; consideram a produção de seu concorrente fixa.
  b. No modelo de **Bertrand**, as firmas oligopolistas: produzem produtos homogêneos; decidem seus preços simultaneamente; consideram o preço de seu concorrente fixo. O oligopólio de Bertrand leva ao mesmo resultado que a concorrência perfeita, com preço e custo marginal iguais.
  c. No modelo de **Stackelberg**, um dos produtores pode decidir primeiro quanto irá produzir, levando em consideração a possível reação de seu concorrente. Isso é uma vantagem que permitirá à empresa líder, aquela que produz primeiro, obter maiores lucros que a empresa seguidora.
  d. Por fim, temos o **Cartel (ou Conluio)**, um modelo de coalizão, ou seja, tem por característica a cooperação dos produtores entre si.

i. Eles combinam preços e quantidades de forma a operar como um monopólio; reduzindo o excedente do consumidor e fixando o preço acima do custo marginal. Assim, todos os membros do cartel têm lucros superiores do que teriam se concorressem entre si.

ii. O cartel se origina de um acordo explícito ou tácito, ou seja, as firmas podem combinar expressamente os preços e quantidades que serão produzidas, ou podem agir nesse sentido sem qualquer formalidade, observando os preços das demais e mantendo o comportamento em conjunto.

iii. Os cartéis precisam de uma estabilidade, a qual raramente é verificável na prática.

9. Eficiência Econômica e Falhas de Mercado

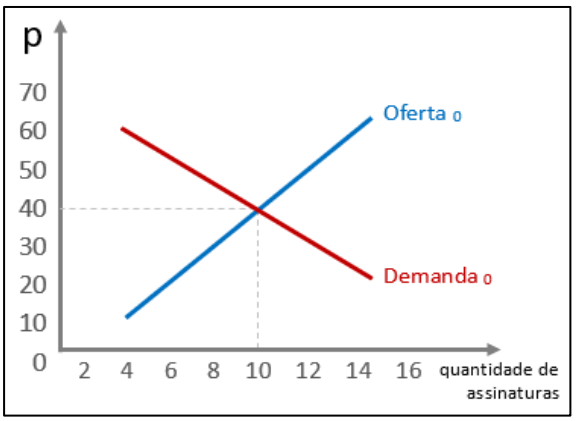
Eficiência (Ótimo) de Pareto

- Uma situação econômica é dita **eficiente no sentido de Pareto** se não existir nenhuma forma de melhorar a situação de uma pessoa sem piorar a de outra.
- É possível termos situações eficientes, mas socialmente injustas.

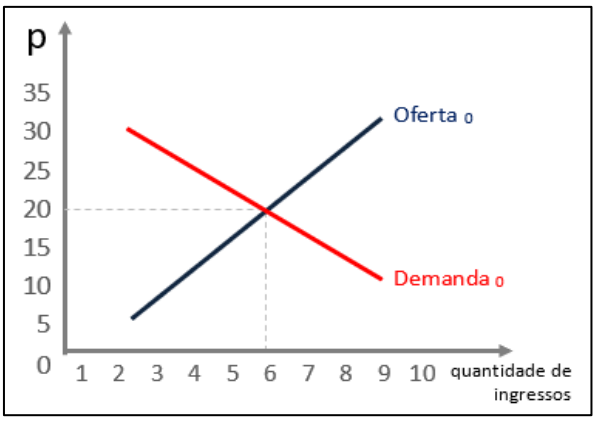
Equilíbrio Geral

- A análise de equilíbrio geral determina preços e quantidades que igualam oferta e demanda em todos os mercados.
  - Ex.: mercados relacionados: **streaming** (como Netflix ou Amazon Prime) e **cinema**.

Equilíbrio do mercado de Streaming:
Oferta e demanda se igualam na quantidade 10 mil de assinaturas ao preço de R$ 40.

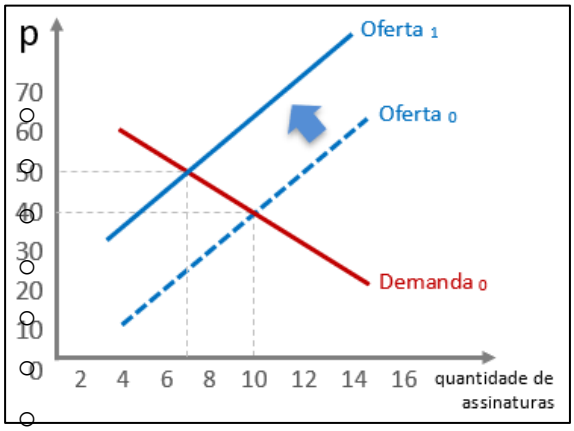


Equilíbrio do mercado de cinema:
Oferta e demanda se igualam na quantidade 6 mil de ingressos ao preço R$ 20.

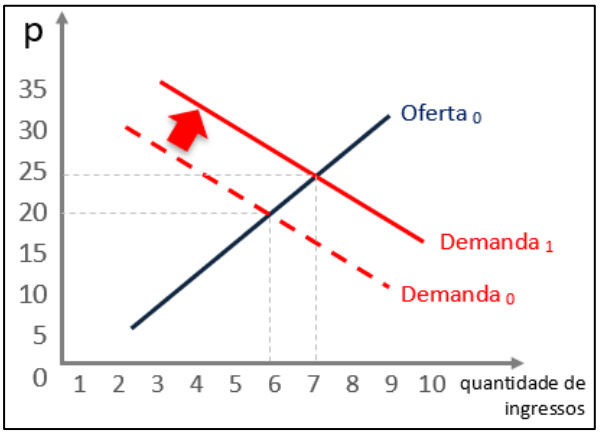


- Suponha que o governo passe a tributar mais fortemente os serviços de streaming. Isso terá o efeito de deslocar a curva de oferta de streaming para cima, como vimos no equilíbrio parcial:

O preço de equilíbrio da assinatura do streaming passou de R$ 40 para R$ 50 e a quantidade de assinaturas de 10 para 7 mil:



Com o aumento do preço de equilíbrio do Streaming, que é um bem substituto para o cinema, **a demanda do Cinema aumentará, deslocando sua curva para a direita**:



- Note que, em nosso exemplo com bens substitutos, os preços subiram mais do que seríamos levados a acreditar se considerássemos o equilíbrio parcial, em virtude dos efeitos que um mercado tem sobre o outro.
- Se tivéssemos analisado bens complementares, concluiríamos que o preço de equilíbrio geral será menor do que no equilíbrio parcial, pois esse aumento será atenuado pelo efeito mútuo.

A análise do equilíbrio parcial subestima a variação de preços de bens substitutos, e superestima a variação de preços de bens complementares.

Falhas de Mercado

1. Bens Públicos:

- São aqueles bens **<u>não rivais</u>** e **<u>não exclusivos</u>**.
  - **Não rival:** o fato de você desfrutar da utilidade não impede que eu também o faça;
  - **Não exclusivo:** não é possível para o fornecedor excluir pessoas que ele por algum motivo assim deseje.

Tipo de Bem	Exemplo	Exclusividade	Rivalidade
Privado	Celular	Só um dono (Bem exclusivo).	Se é meu não pode ser seu (Bem rival).
Público	Iluminação pública	Todos que passarem pela rua poderão usufruir da utilidade juntos.	O fato de eu usufruir da iluminação não impede que você também o faça.

  - **Problema do Carona (*Free Rider*):**
    - Indivíduo que desfruta de um bem, recebendo seus benefícios, sem pagar por nada por isso.

- O problema surge da não exclusividade no caso de bens públicos, ou de externalidades positivas.

- **Custo marginal nulo:**
  - O custo marginal é o **custo de produzir e ofertar uma unidade adicional de um bem** e o fato de mais **uma ou duas pessoas passarem pela rua iluminada não irá alterar os custos** do produto/serviço oferecido **nesse caso**.
  - Essa característica é consequência da não rivalidade.

Resumindo as características dos bens públicos:
Não exclusividade: é impossível, tecnicamente, impedir as pessoas de consumir o bem público. Consequência: carona.
Não rivalidade: o consumo por um indivíduo não impede o consumo por outro. Consequência: custo marginal nulo.

- **E porque essas características são um "problema"?**
  - É que com o custo marginal nulo e a existência dos "caronas", não há como encontrar o equilíbrio de mercado e em consequência chegar ao conceito de eficiência econômica.
  - Agora fica fácil entendermos o motivo pelo qual as empresas não se interessam em ofertar um bem pelo qual não serão capazes de cobrar um valor adequado. E é por este motivo que os bens públicos são considerados uma falha de mercado. A solução é que os bens públicos sejam ofertados pelo governo e financiados por meio de tributos.

1.1 Bens semipúblicos:

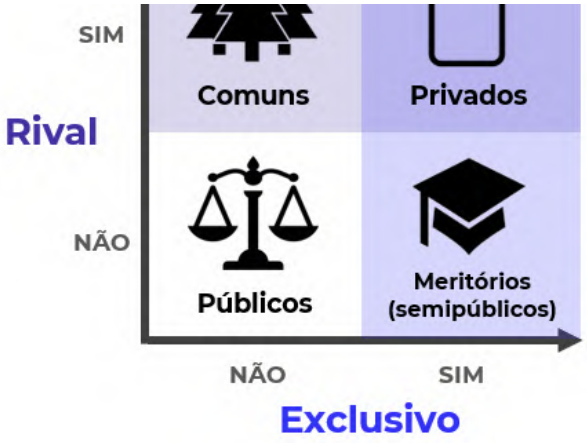
1.1.1 Bens meritórios: São bens **não rivais**, como os bens públicos, mas são **sim exclusivos**, como os bens privados.

- O consumo dos bens meritórios por uma pessoa não impede que outra também o consuma, mas é possível excluir indivíduos. Ex.: Universidades Públicas.
- Apesar de os bens semipúblicos, como saúde e educação, interessarem ao mercado privado, o governo também os oferta por estes terem importância do ponto de vista social e, também, gerarem externalidades positivas.

1.1.2 Bens comuns: **São** bens **rivais** e **não exclusivos.**

- Apesar de não serem exclusivos, o consumo dos bens comuns impede (ou pode impedir, dependendo do volume de pessoas que estejam utilizando) que outra(s) pessoa(s) o consuma ao mesmo tempo. Ex.: Parque público.

- **Observe atentamente a imagem abaixo e leve esses conceitos para a prova:**



2. Externalidades:

- São os efeitos que as ações de um indivíduo (ou grupo) têm sobre os demais, tais efeitos podem ser positivos ou negativos.

Externalidades Positivas (Economias Externas)	Externalidades Negativas (Deseconomias Externas)
Situações nas quais há **efeitos benéficos a outros indivíduos ou firmas da economia**. Por exemplo, se um indivíduo instala um equipamento de GNV (Gás Natural Veicular) em seu carro visando à redução de gastos com combustível, ele estará não só contribuindo para o "seu bolso", como também estará contribuindo para toda a coletividade, ao poluir menos o ar. Neste caso, **além do benefício privado, existe um benefício social na atividade**.	Situações nas quais as **ações de um determinado agente** da economia **prejudicam os demais indivíduos**. Um exemplo de externalidade negativa ocorre quando uma indústria joga dejetos químicos na natureza, como forma de evitar os custos da reciclagem ou dos procedimentos adequados ao tratamento dos resíduos da industrialização. **A atividade provoca um custo social, e este custo não impacta o custo privado do agente causador do dano**.

- Do ponto de vista técnico, portanto, ocorre uma externalidade quando os **custos sociais (CS)** são diferentes dos **custos privados (CP)**, ou quando os **benefícios sociais (BS)** são diferentes dos **benefícios privados (BP)**.

Situação	Externalidade	Medida interventiva/regulatória + exemplo
BS=BP	Não há	-
CS=CP	Não há	-
BS>BP	Positiva	Incentivo à externalidade (subsídio, incentivo fiscal).
CS>CP	Negativa	Desincentivo à externalidade (tributação mais elevada, multas, proibição).

3. Assimetria de informações:

- As informações assimétricas ocorrem quando uma das partes de uma transação possui informações que a outra parte não tem.

- Exemplo 1 (**Fornecedor** com mais informações - caso mais comum): Vendedor de um carro usado escondendo informações sobre defeitos desconhecidos pelo consumidor;
- Exemplo 2 (**Consumidor** com mais informações - caso menos comum): Contratante de um plano de saúde escondendo doença pré-existente.

- O **papel do governo é diminuir essa assimetria dando à parte mais "fraca"**, geralmente o consumidor, direitos de obter as informações que precisar para tomar sua decisão de consume.
- **Risco moral (*moral hazard*):**
  - Presente quando existe a **possibilidade de uma das partes alterar seu comportamento, de forma prejudicial à outra**. Já que esse comportamento não é verificável ou controlável.
    - Ex.: antes de adquirir o seguro do automóvel, o motorista toma todas as precauções do mundo: dirige com cuidado, para o carro em estacionamentos pagos etc. Depois de contratar o seguro, ele abandona essas precauções, em prejuízo à seguradora.
- **Seleção adversa:**
  - Escolha acidental daquilo que é justamente o contrário do que se pretendia.
    - Ex.: Bancos que cobram taxas altas por seus empréstimos como forma de cobrir eventuais inadimplências de alguns clientes. Contudo, os bons pagadores podem ser repelidos pelas taxas altas, enquanto péssimos pagadores sem intenção nenhuma de honrar seus empréstimos não se importarão com taxas altas.
- **Informação privilegiada:**
  - Informação que algumas pessoas podem ter sobre fatos que não são de conhecimento público.
    - Ex.: Analistas da Comissão de valores Mobiliários avaliam planos de fusões entre empresas antes de se tornarem públicos. Algumas dessas fusões podem provocar aumento do preço das ações das empresas. Se os analistas da CVM comprassem um monte de ações das empresas, poderiam vender logo depois que a fusão se tornasse pública e o preço das ações disparassem. É por isso que eles são proibidos de investir em ações.

Macroeconomia

10. Agregados Macroeconômicos

Conceitos Básicos

- **Agregados Macroeconômicos são grandezas que quantificam importantes informações sobre a economia** como um todo. **As Contas Nacionais**, em linhas gerais, **medem essas**

grandezas em um determinado país. Um dos objetivos é permitir a comparação entre a economia de diferentes países. Devemos conhecer sete conceitos básicos:

- **Produto (Agregado):** Representado pela letra **P**. É uma **medida monetária** de toda a produção de **bens e serviços finais** de uma economia.
- **Renda (Agregada):** Representada pela letra **Y.** É todo o **valor pago para remunerar** os fatores de produção de uma economia. Os fatores de produção são **o trabalho e o capital**, sendo que este último se subdivide em 3.
    - O trabalho é a mão-de-obra fornecida pelos trabalhadores, remunerada por salário.
    - O capital de empréstimo é o dinheiro pego emprestado, remunerado por juros.
    - O capital de risco é o dinheiro dos sócios da empresa, remunerado por lucros.
    - O capital físico são os bens (equipamentos, instalações industriais, terreno etc.) utilizados para produção, remunerado por "aluguéis".
- **Consumo (Total):** é o **valor dos bens adquiridos** pelas famílias (C) somado ao valor dos bens adquiridos pelo governo (G). É representado por $\mathbf{C_{TOTAL}}$ = C+ G.
- **Poupança:** é a **parte da renda não destinada ao Consumo**, divide-se em poupança privada (S_P), poupança do governo (S_G) e poupança externa (S_{Ext}). É representado pela letra **S**. *(= Y - C)*.
- **Investimento:** é a **soma da formação bruta de capital físico** (FBKF) com a variação de estoques (ΔE). É representado pela letra **I**. *(= FBKF + ΔE)*.
    - A FBKF representa o investimento das empresas em bens que contribuem para produção (por exemplo: compra de mais máquinas). Se descontado o que foi investido para manter a capacidade produtiva, temos a Formação Líquida de Capital Fixo.
- **Absorção:** é a **soma do consumo total com o investimento**. É representado por **Ab**. *(= C_{TOTAL} + I)*.
- **Despesa (ou Demanda):** é a **soma dos gastos de cada um dos 4 agentes econômicos.** É representado por **D**. *(= C + I +G + X -M)*.
    - A Despesa do agente **Família** é o consumo das famílias (C).
    - A Despesa do agente **Governo** é o consumo do governo (G).
    - A Despesa do agente **Empresas** é o investimento (I).
    - A Despesa do agente **Resto do mundo** são as exportações menos as importações (X-M).

- As variáveis econômicas podem ser divididas em dois tipos:
    - **Fluxo:** são medidas em relação a um **intervalo de tempo**. Ex.: salário, você recebe R$ x **por mês**.
    - **Estoque:** são medidas em um **determinado instante**. Ex.: saldo da conta bancária, seu saldo era de R$ x **sexta-feira passada**.

Identidades Macroeconômicas Fundamentais

- **Identidades**, neste contexto, **significam basicamente igualdades**, ou seja, que uma grandeza tem o mesmo valor de outra. Não são meras coincidências, são consequências de suas definições e do Fluxo Circular da Riqueza, que de forma bem simplificada pode ser entendido com a seguinte observação: os fluxos monetários e de bens em uma economia são fechados, se há despesa, há receita, se há oferta, há demanda etc.
- As identidades macroeconômicas principais são:
  - Produto=Renda=Despesa **(P = Y = D)**.
  - Poupança = Investimento **(S = I)** na economia fechada e sem governo.
  - Investimento = Poupança Privada + Poupança do Governo + Poupança Externa **($I = S_P + S_G + S_{Ext}$)** na economia aberta e com governo.

Produto Interno Bruto e suas variações

- **O Produto Interno Bruto é um agregado econômico bastante importante para mensurar o poder econômico de uma nação.** É amplamente divulgado e frequentemente aparece nas provas. O PIB é bastante conhecido, mas existem algumas variações que merecem esclarecimentos. O produto pode ser diferenciado em:
  - **Interno x Nacional:** o termo nacional implica em considerar a renda de residentes e empresas domésticas que não estão localizadas no interior do país (Renda Recebida do Exterior), e desconsiderar a renda de empresas e residentes estrangeiros que atuam internamente (Renda Enviada ao Exterior). Ou seja, **o critério deixa de ser geográfico para ser relacionado ao destino da renda**. A diferença entre a REE e a RRE é na Renda Líquida Enviada ao Exterior (RLEE). Ou seja, **para passar de Interno para Nacional devemos adicionar/subtrair a RLEE.**
  - **Bruto x Líquido:** o termo líquido implica no **desconto da depreciação**, que em linhas gerais significa a parte do capital que é "perdida" para manter a capacidade dos bens de capital. Ou seja, **para passar de Bruto para Líquido devemos adicionar/subtrair a Dep.**
  - **A custo de fatores x a preço de mercado:** o preço de mercado é o valor que o consumidor paga para adquirir determinado item, estão inclusos nesse preço **impostos indiretos** (que **incidem diretamente sobre o produto/transação** aumentando o preço) e **subsídios** (semelhante ao II, mas diminui o preço. Ou seja, **para passar de CF para PM devemos adicionar/subtrair os II e Subs.**
  - **Real x Nominal:** ao longo do tempo, o produto pode variar simplesmente porque os preços mudaram, e não a produção de fato. Para contornar esse efeito, a mensuração do produto Real, **desconta a inflação/deflação** entre os períodos.

11. Política Fiscal e Monetária

Conceitos

- Independente do sistema econômico adotado **o Governo é um importante participante da economia de um país.** Ele possui o poder de criar regras ("leis") que impactam diretamente nas relações econômicas bem como é um relevante "player" na oferta e demanda de bens e serviços.
- O Governo possui dois principais mecanismos para causar impacto na economia, são as chamadas políticas econômicas:
  - **Fiscais**: consiste basicamente no controle das **receitas e despesas** públicas.
  - **Monetárias:** consiste basicamente no controle da **quantidade de moeda** em circulação na economia.
- O principal **objetivo** das políticas econômicas é dar maior **estabilidade à economia**, evitando movimentos demasiadamente fortes, que, mesmo sendo de crescimento, podem gerar efeitos negativos.

Política Fiscal

- A Política Fiscal pode atuar sobre as **receitas**, elevando ou diminuindo a **carga tributária**, e/ou sobre as **despesas**, reduzindo ou aumentando os **gastos públicos**, que geralmente são um importante fator da demanda agregada. Ela pode ser:
  - **Expansionista:** ocorre quando há **aumento dos gastos e/ou redução dos impostos**. É indicada para momentos de recessão econômica, a intenção é justamente estimular a economia.
  - **Contracionista**: ocorre quando há **diminuição dos gastos e/ou aumento dos impostos**. É indicada para frear ciclos de crescimento econômico "excessivo".
- **A política fiscal realizada através de gastos é mais efetiva do que a política fiscal realizada através da tributação.** Pense da seguinte forma, **se a intenção é aumentar a atividade econômica via aumento de demanda**, **o aumento dos gastos impacta diretamente no seu aumento**, enquanto **uma diminuição da tributação não garantirá que todo o dinheiro "economizado" irá ser gasto, parte pode ser "guardada"**.

Política Monetária

- É importante notar que a **moeda** possui duas utilidades interessantes: serve tanto como um **ativo de investimento**, como para realizar **transações** (compras e vendas).
- A **taxa de juros** serve para remunerar empréstimos, e funciona basicamente como o **"preço do dinheiro"**. Quanto **maior os juros**, tenderá a ser **menor o volume de moeda utilizado para transações e maior o utilizado para investimentos**. O governo possui o poder/capacidade de definir a taxa básica de juros da economia (SELIC), está aí, portanto uma importante ferramenta de Política Monetária.
- O governo pode controlar a quantidade de moeda na economia de diversas outras formas, algumas delas são:
  - **Definição da taxa de depósito compulsório**, que é basicamente o percentual dos depósitos a vista que os bancos comerciais devem manter no BACEN. Quanto maior o

percentual, menos dinheiro os bancos terão disponível para emprestar às "pessoas", e menor será a quantidade de moeda disponível.

- **Compra e venda de títulos públicos:** ao trocar moeda por um título, o Tesouro Nacional pode adicionar ou retirar moeda da economia.
- **Definição da taxa de redesconto**, que é basicamente quanto o BACEN cobra para emprestar dinheiro aos bancos comerciais, se a taxa é baixa, os bancos terão incentivo para tomar dinheiro emprestado com o BACEN, e emprestar para as "pessoas".

- Assim como a política fiscal, a política monetária também pode ser **expansionista**, quando **aumenta a oferta de moeda** na economia, ou **contracionista**, quando **reduz**.
  - É preciso ter cuidado com políticas monetárias expansionistas, pois se feitas de forma descontrolada podem resultar simplesmente em inflação.

12. Modelos Econômicos

Visão Clássica das Funções do Estado

- Corrente de pensamento que tem como principal expoente **Adam Smith**. Autor do Livro "Riqueza das Nações".
- Representa uma **visão liberal da economia**. Na visão dos clássicos o Estado não deve intervir na economia (**laissez-faire = "deixe-fazer" ou "deixe acontecer"**), pois as forças que atuam mercado (**"mão invisível do mercado"**) são suficientes para levá-lo à situação "ótimo".
- O **estado deve ser mínimo**, limitado a se preocupar com Defesa Nacional e Justiça, pois são atividades que não geram "lucro" e assim o mercado não teria interesse em prover.

Visão Keynesiana das Funções do Estado

- Verificou-se que na prática a "mão invisível do mercado" não é capaz de resolver tudo. Principalmente em 1929, quando o ideal clássico era amplamente implementado, houve a **"Grande Depressão"**, gerando uma crise econômica mundial sem precedentes.
- Como contraponto à visão Clássica, surgiram as ideais de Keynes. De acordo com essa visão, o **estado é responsável por atuar na economia em 3 frentes diferentes**:
  - **Distributiva** (da renda): é função do estado buscar uma **distribuição de renda mais igualitária**. São instrumentos de distribuição de renda:
    - **Os impostos**: quem tem renda maior, paga impostos maiores.
    - **As transferências**: por exemplo, quando o governo "dá" dinheiro aos mais necessitados (bolsa família).
    - **Os subsídios**: por exemplo, quando a Caixa Econômica "paga" parte do financiamento de imóveis para pessoas com baixa renda. Funciona como um "imposto negativo"
  - **Alocativa**: é **função do estado prover bens públicos**, ou seja, bens que estão

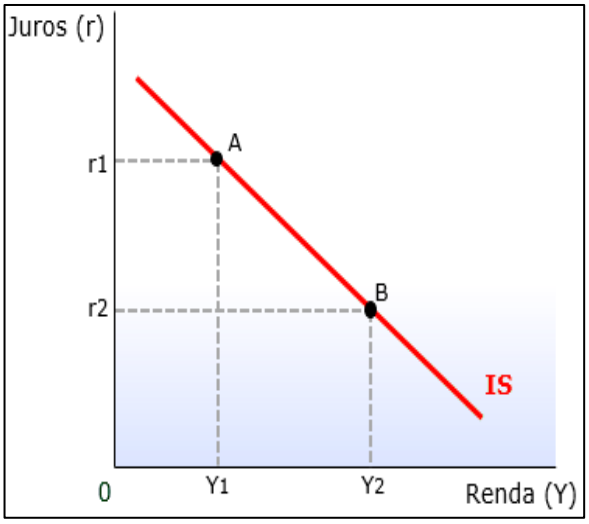
disponíveis para todos (não exclusivos) e de forma que o consumo de uma pessoa não atrapalhe o de outra pessoa (não rivais). Por exemplo: iluminação pública.

- **Estabilizadora**: a **economia passa por altas e baixas**. É **função do estado atenuar estes ciclos**. Quando a atividade econômica está muito baixa, o estado deve atuar para estimular a economia. Por exemplo: aumentando os gastos públicos. Quando a atividade econômica está muito alta, que também possui efeitos "ruins" como a inflação, o estado? deve atuar para desestimular a economia. Por exemplo: aumentando os impostos ou os juros.

13. Modelo IS-LM

Curva IS: o mercado de bens

- **Mostra as combinações entre renda e juros que equilibram o mercado real ao igualar poupança e investimento.**
- **A curva é decrescente por causa da relação negativa entre os investimentos e os juros.**
- Perceba que em **A**, **a alta taxa de juros** (r1) faz com que os investimentos sejam baixos. Por isso, para que haja equilíbrio com a poupança (I=S), é preciso que a **renda também esteja baixa**, como em Y1. Assim, poupança e investimento serão baixos no ponto A.

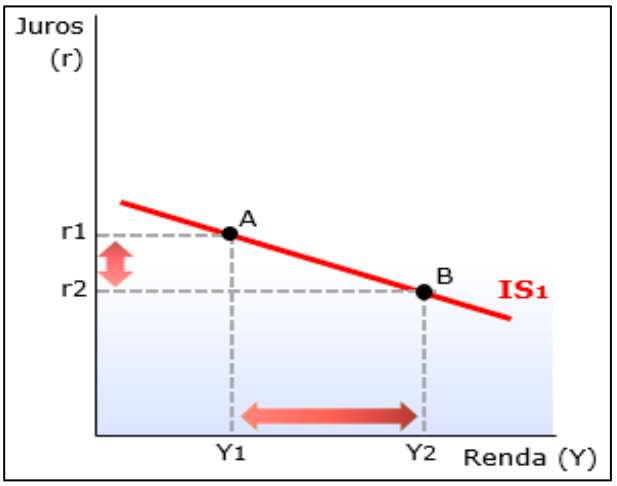


- Já em B, ocorre o oposto. A taxa de juros baixa (r2) implica em investimentos altos, que a poupança só "acompanha" se a renda for mais alta do que no ponto A (note que Y2 é maior que Y1). Por isso, no ponto "B" tanto investimento quanto poupança são igualmente altos, havendo equilíbrio.

Descolamento da curva IS

Deslocamento da curva IS	
Fato	**Consequência**
Aumento nos gastos do Governo **(G +)** Redução na tributação **(T -)**	Deslocamento da cursa IS para a **direita**
Redução nos gastos do governo **(G -)** Aumento na Tributação **(T +)**	Deslocamento da curva IS para a **esquerda**

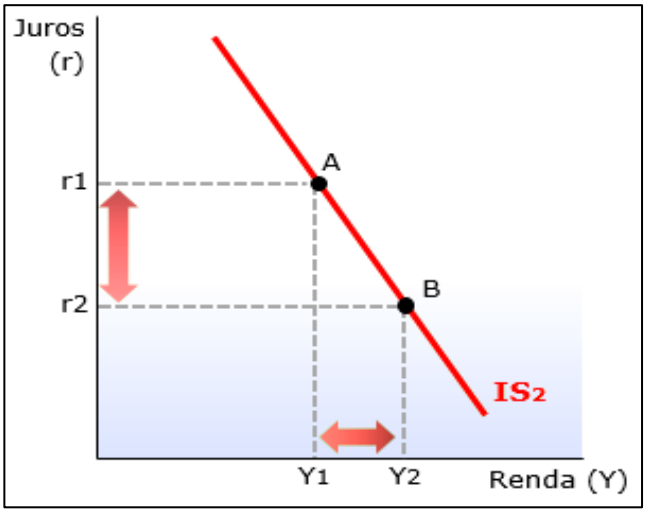
Inclinação da curva IS



- A inclinação da curva IS nos dirá quanto a poupança é sensível às variações da renda e quanto o investimento é sensível às variações nas taxas de juros.

- A curva acima **(IS1) é menos inclinada**, ou mais horizontal, mais plana... como preferir. Por isso, uma pequena mudança nos juros resulta em uma mudança maior na renda.

- Pode-se dizer também que o **investimento é sensível aos juros**, já que uma pequena queda aumenta tanto o investimento que é preciso um grande aumento da poupança para acompanhar.



- Já a curva **IS2 é mais inclinada**, ou mais vertical, de pé... como preferir. Por isso, uma grande mudança nos juros resulta em uma mudança menor na renda.

- Pode-se dizer também que **o investimento é <u>insensível</u> aos juros**, já que uma grande queda na taxa aumenta tão pouco o investimento que um pequeno aumento da renda basta para que a poupança possa para acompanhar.

- A elasticidade (ou sensibilidade) do investimento em relação aos juros trabalha em conjunto com outro fator para determinar a inclinação da curva IS: a **propensão marginal a poupar (PMgS)**. A relação é simples: **quanto maior for a PMgS, mais inclinada será a curva IS**.

- A propensão marginal a poupar é a parte da renda destinada à poupança. Logo, é uma presunção lógica que, se a PMgS for baixa, será preciso um grande aumento da renda para compensar uma pequena queda nos juros, exatamente como ocorre no nosso gráfico da esquerda (IS1).

- Como a parte da renda que não é poupada é consumida, a propensão marginal a consumir (PMgC) é complemento da propensão marginal a poupar (PMgS). Dessa forma, **quanto**

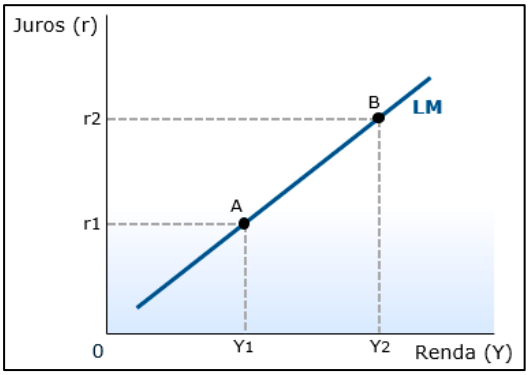
maior for a PMgC, menos inclinada será a curva IS.

- Por fim, essa relação nos leva à outra: como quanto maior for a PMgC, maior é o multiplicador keynesiano... então, quanto maior for o multiplicador keynesiano, menor será a inclinação da curva IS.

Curva IS: o mercado monetário

- **Mostra os pontos nos quais a renda e a taxa de juros proporcionam equilíbrio para o mercado monetário.**

- **Quanto maior for a renda, maior precisará ser a taxa de juros** para manter o mercado monetário em equilíbrio. **Essa relação positiva entre as variáveis determina que a curva LM tenha inclinação positiva:**



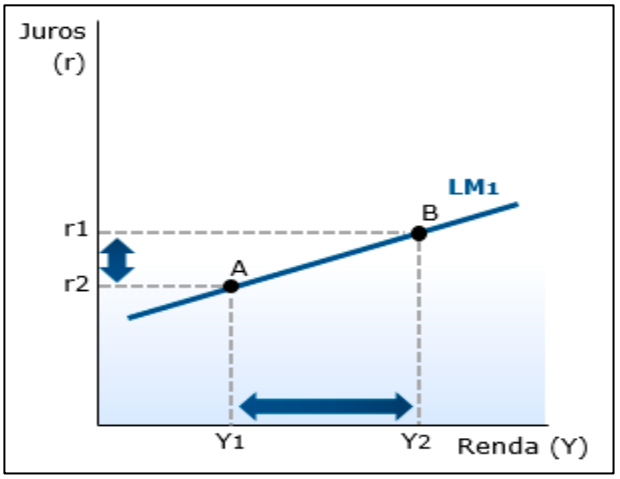
Descolamento da curva IS

- Se o Banco Central aumentar a oferta monetária, ocorre o deslocamento da curva LM para a direita. Isso acontece porque os juros são o preço do dinheiro. Um produto que tiver sua oferta aumentada sem mudar a demanda enfrentará uma queda nos preços. A mesma coisa vale para a moeda: com mais moeda ofertada, haverá queda dos juros, para qualquer nível de renda (como Y*).

- Conclusão: a política monetária expansiva, também chamada de afrouxamento monetário, tem por resultado o deslocamento da curva LM para a direita. A política monetária restritiva, também chamada de aperto monetário, tem o efeito inverso: deslocamento da curva LM para a esquerda.

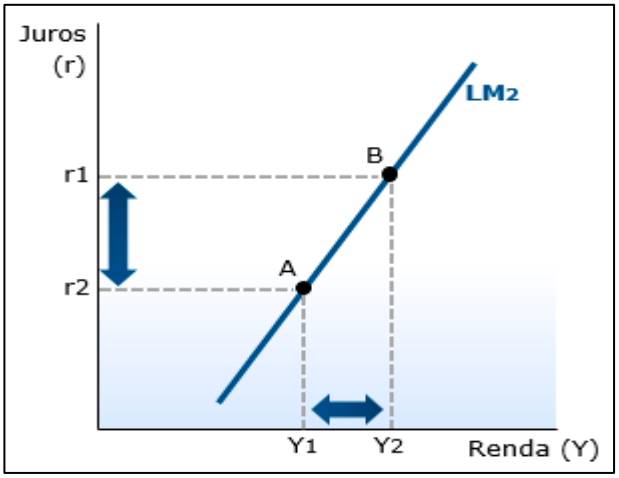
Inclinação da curva IS

- A inclinação da curva LM nos mostrará a elasticidade da demanda por moeda à taxa de juros e à renda. Assim como no curso IS, quanto mais inclinada, maior a sensibilidade à renda, menor a sensibilidade aos juros.
- A curva LM1 é menos inclinada. Por isso, uma pequena mudança nos juros necessita de uma mudança maior na renda, para que seja mantido o equilíbrio.
- Pode-se dizer também que a demanda por moeda é elástica/sensível em relação aos juros.



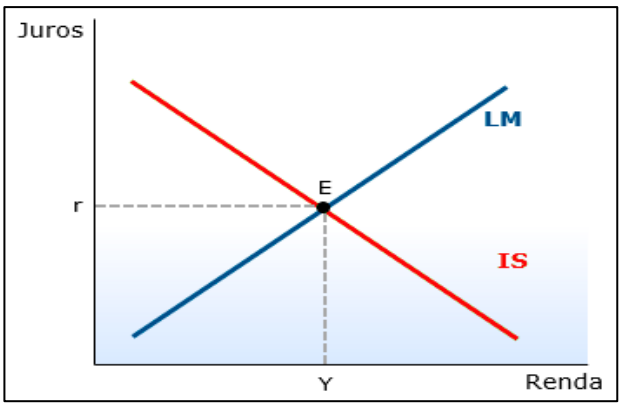
- Ocorre que uma pequena variação nos juros provoca uma variação tão grande na demanda especulativa por moeda, que apenas uma grande variação na renda e, consequentemente, na demanda por moeda para transação é capaz de reequilibrar o mercado.

- A curva LM2 é mais inclinada. Por isso, uma mudança nos juros necessita de uma mudança menor na renda, para que seja mantido o equilíbrio.
- Então, a demanda por moeda é inelástica ou insensível em relação aos juros; mesmo diante de uma grande variação nos juros, a variação na demanda especulativa por moeda é pequena, de forma que uma pequena variação na renda e na demanda por moeda para transação é suficiente para reequilibrar o mercado.



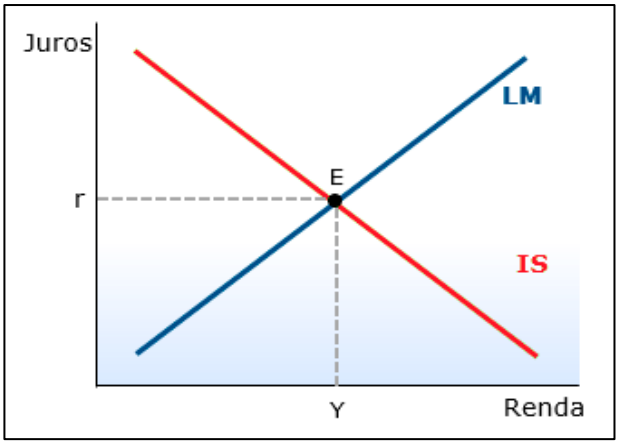
IS-LM: equilíbrio no mercado real e no mercado monetário

- O ponto E nos mostra qual a renda e a taxa de juros que coloca tanto o lado real da economia (IS) quanto o lado monetário (LM) em equilíbrio. No ponto E não há excesso ou escassez de moeda ou de bens e serviços: a oferta está suprindo a demanda, nos dois mercados (real e monetário).



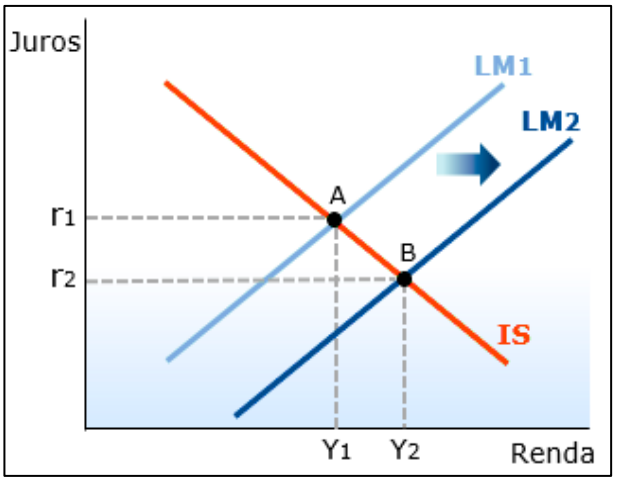
Política Fiscal e Política Monetária no IS-LM

- O modelo nos mostra os níveis de juros e renda que equilibram, simultaneamente, o mercado real (bens e serviços) e o mercado monetário. Esse equilíbrio é visível graficamente no ponto onde a curva IS cruza a curva LM.



Política monetária: descolamentos da curva LM

- Se o Banco Central aumentar a oferta monetária, ocorre o deslocamento da curva LM para a direita. Isso acontece porque os juros são o preço do dinheiro. Um produto que tiver sua oferta aumentada sem mudar a demanda enfrentará uma queda nos preços. A mesma coisa vale para a moeda: com mais moeda ofertada, haverá queda dos juros.



- A queda dos juros, como vimos, aumenta os investimentos, pois mais projetos das empresas se tornam viáveis, pois seus retornos superam os juros. Os investimentos fazem parte da demanda agregada que, portanto, aumentará.

- Conclusão: a política monetária expansiva, também chamada de afrouxamento monetário, tem por resultado o deslocamento da curva LM para a direita, aumento da renda e queda na taxa de juros no novo equilíbrio (ponto B).

- A política monetária restritiva, também chamada de aperto monetário, tem o efeito inverso: cai a renda e sobe a taxa de juros, bem como deslocamento da curva LM para a esquerda.

A eficácia da política monetária dependerá da inclinação da curva IS. Isso é o mesmo que dizer que as variações na oferta monetária afetarão mais ou menos a renda de acordo com a sensibilidade da demanda do mercado de bens às alterações da renda e das taxas de juros.

A eficácia da política fiscal dependerá da inclinação da curva LM. Portanto, as variações na demanda agregada afetarão mais ou menos o nível de renda de acordo com a sensibilidade da demanda por moeda às alterações da renda e das taxas de juros.

Inflação

14. Custos Sociais da Inflação:

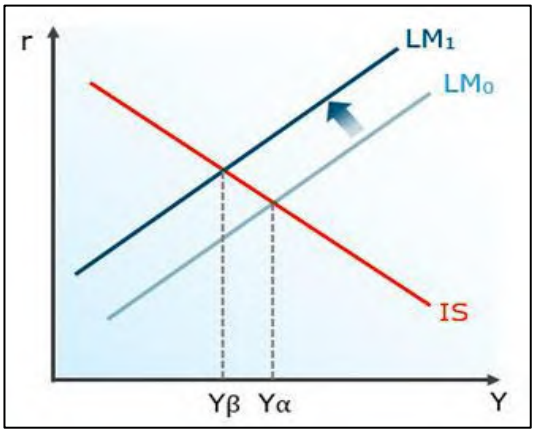
- Custos de sola de sapato;
- Imposto inflacionário;
- Tributação ineficiente e injusta;
- Distorções nos preços relativos;
- Custos de menu;
- Custos de transação;
- Desincentivo aos investimentos;
- Redistribuição injusta da renda.

15. Modelo AO-DA

Demanda Agregada

- Diferentemente quando no estudo da microeconomia, o nível de preços que utilizamos é referente a todos os bens e serviços da economia, e o produto é o somatório de todos os bens e serviços, multiplicados, cada um deles, pelos seus respectivos preços: é o PIB=RIB=DIB.

- Quando o nível de preços de uma economia sobe, sem que aumente a quantidade de moeda na economia, o efeito é o mesmo de uma política monetária contracionista: a moeda torna-se relativamente escassa.
- Portanto, nesse caso, há deslocamento da curva LM para a esquerda:
- Podemos deduzir a curva de demanda agregada do modelo IS-LM, ao estabelecermos que o aumento dos preços (P) desloca a curva LM para a esquerda, o que resulta em queda no produto (Y).



- **INCLINAÇÃO da curva DA:**
  - **LM menos inclinada**, a variação na renda é **menor**;
  - **LM mais inclinada**, a variação na renda é **maior**;
  - **IS mais inclinada**, a variação na renda é **menor**;
  - **IS menos inclinada**, a variação na renda é **maior**.

Os fatores que determinam a inclinação das curvas IS (propensão marginal a consumir e sensibilidade dos investimentos aos juros) e LM (sensibilidade da demanda por moeda aos juros e à renda) determinam, em conjunto, a inclinação da curva DA.

- **DESLOCAMENTO da curva DA:**
  - Como a curva DA depende das curvas IS e LM, as políticas monetárias e fiscais expansionistas a deslocarão para a direita, enquanto suas contrapartes deslocarão a curva DA para a esquerda.
    - Isso também vale para os demais fatores que deslocam IS e LM, como mudanças nos gastos autônomos e nas taxas de juros.

DA deslocada para a esquerda:

i. Política fiscal restritiva;
ii. Política monetária restritiva;
iii. Redução nos gastos autônomos;
iv. Aumento na taxa de juros;
v. Redução da inflação esperada;
vi. Expectativa de queda no desemprego.

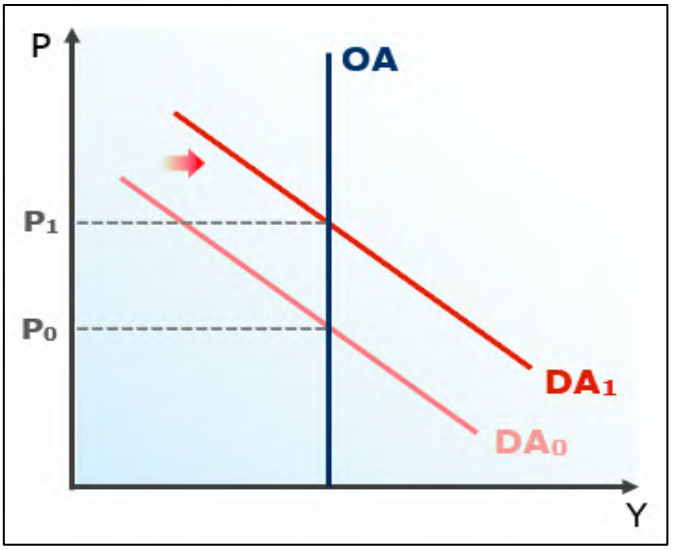
DA deslocada para a direita:

vii. Política fiscal expansiva;
viii. Política monetária expansiva;
ix. Aumento nos gastos autônomos;
x. Redução na taxa de juros;
xi. Aumento da inflação esperada.
xii. Expectativa de aumento no desemprego.

Oferta Agregada

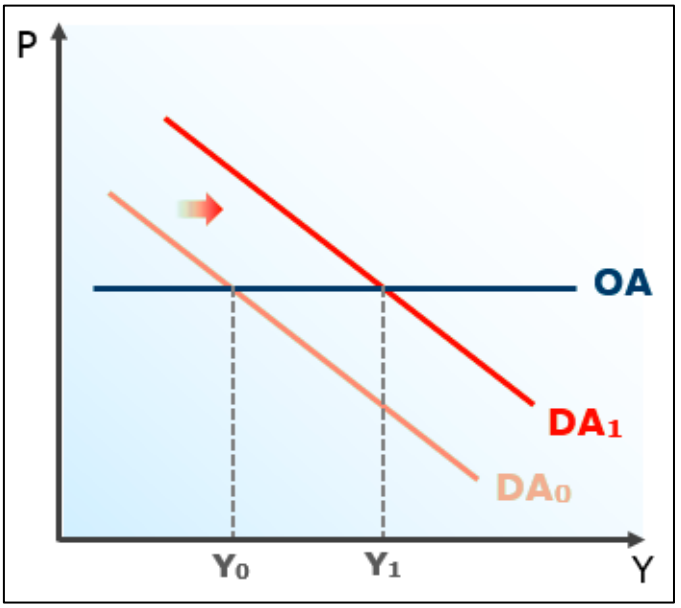
- A curva de oferta agregada (OA) irá nos mostrar a relação entre o nível de preços e o total de bens e serviços ofertados. Inicialmente, veremos duas situações extremas, onde a OA terá sua inclinação determinada pelo prazo com o qual estamos lidando: será vertical no longo prazo, demonstrando a total flexibilidade de preços que o caracteriza, ou horizontal no curto prazo, por conta da total rigidez de preços.

- No **longo prazo**, temos a hipótese clássica: todos os **preços são flexíveis e a economia se encontra em equilíbrio de pleno emprego**. Isso determina a OA vertical, evidenciando que **o Produto é totalmente inelástico em relação ao nível de preços**.



- Além disso, um **aumento na demanda agregada resultará apenas no aumento nos preços**, posto que a economia já está produzindo seu máximo, ou melhor, o produto (Y) da economia é igual ao seu produto potencial (YP):

- O **curto prazo** é definido como um período onde nem todos os preços podem ser reajustados. Isso nos leva a duas hipóteses: [1] todos os preços são rígidos ou [2] alguns preços são rígidos (e outros flexíveis).



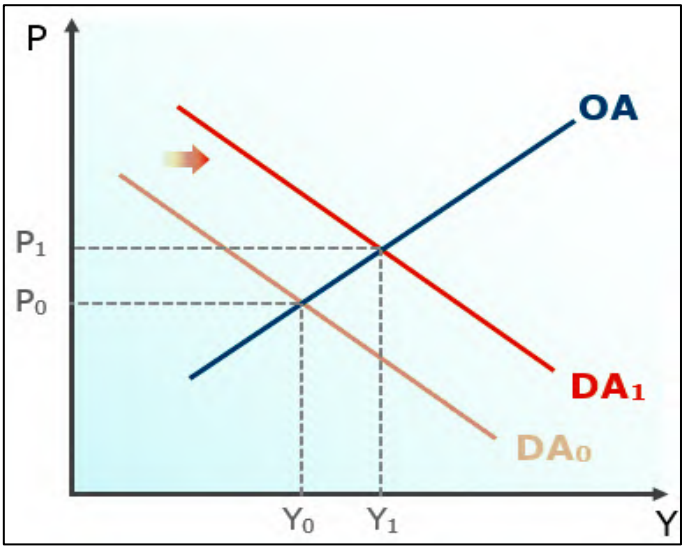
- No primeiro caso, teremos a curva OA horizontal. Dessa forma, as empresas estarão dispostas a suprir qualquer quantidade demandada, a determinado nível de preços:

- Nesse caso, o aumento da demanda agregada resultou em aumento na renda (produto) da economia.

- Vimos no último exemplo (curto prazo), uma situação extrema e simplificada na qual a OA é horizontal, diante da total rigidez de preços. mas ao refinar nosso entendimento é importante que você tenha em mente que estamos, também aqui, falando do curto prazo.

- Existem diversas teorias que implicam na ascendência da curva OA, mas todas elas chegam à mesma conclusão: **se o nível de preços é mais alto do que o nível de preços esperado, a produção excede seu nível natural**. Portanto, preço e produto estão positivamente relacionados.

- Dessa forma, aumentos na demanda agregada provocam elevação nos níveis de preços e de produção:



- **DESLOCAMENTO da curva OA:**

  - Os deslocamentos que ocorrem na OA são chamados, muitas vezes, de choque da oferta. Esses choques podem ser adversos, quando representam deslocamento da curva de oferta pra a esquerda (queda na oferta), ou positivos, quando resultam em descolamento da curva de oferta para a direita (aumento da oferta).
  - O **principal fator que desloca a curva de oferta é a mudança nos custos de produção**, ou seja, alterações nos preços dos fatores de produção ou na tributação.

Ricardo, os marcadores abaixo... é isso mesmo?

OA deslocada para a esquerda:

xiii. Aumento nos salários;
xiv. Aumento nos preços de matérias-primas;
xv. Aumento na tributação sobre as vendas ou sobre a produção;
xvi. Condições de clima desfavoráveis à produção;
xvii. Crises financeiras (queda no acesso ao crédito);
xviii. Aumento na inflação esperada.

OA deslocada para a direita:

- Redução nos salários;
- Redução nos preços de matérias-primas;
- Redução na tributação sobre vendas ou sobre produção;
- Condições de clima favoráveis à produção;
- Redução na inflação esperada.

16. Curva de Phillips: Inflação e Desemprego

- A curva de Phillips estabelece **a relação negativa entre o desemprego (μ) e inflação (π)**. Portanto, quanto maior o desemprego, menor a inflação. Quanto maior a inflação, menor o desemprego.

- A **primeira versão**, proposta pelo economista A. W. Phillips em 1958, era baseada na seguinte função: **$\pi=-\beta(\mu-\mu N)$.**

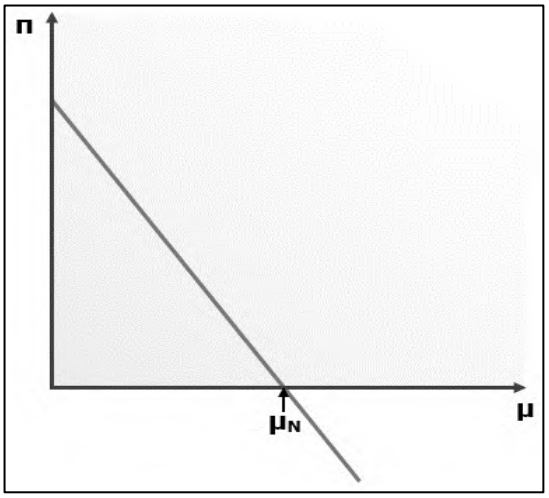
Onde:

π: taxa de inflação

β: sensibilidade dos preços à taxa de desemprego

μ: taxa de desemprego

μN: taxa natural de desemprego



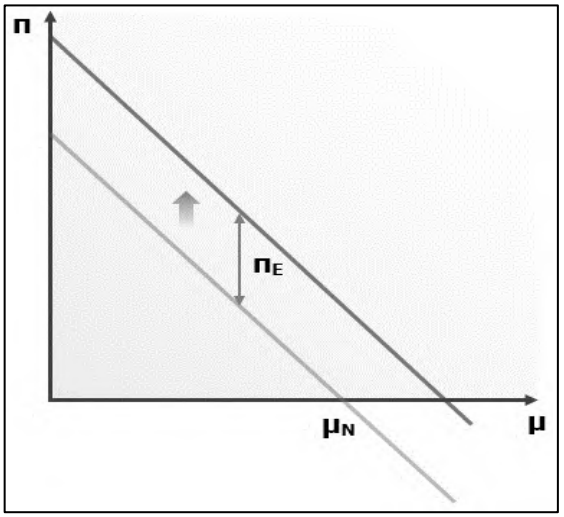
- Portanto, a inflação seria igual à diferença entre o nível de desemprego e o nível de desemprego natural, multiplicada pela sensibilidade dos preços à taxa de desemprego. Dessa forma, sempre que a taxa de desemprego for igual à taxa natural, a inflação seria igual a zero, conforme podemos interpretar na curva de Phillips à direita:

Expectativas Adaptadas e Choque de Oferta

- Contudo, essa versão da curva de Phillips não leva em consideração a **inflação esperada**, de forma que ela foi agregada pelos economistas Friedman e Phelps, na chamada **curva de Phillips aceleracionista** ou **curva de Phillips com expectativas adaptativas**, que passa a ter a seguinte equação: $\pi=\pi_E-\beta(\mu-\mu_N)$

Onde:
π: taxa de inflação
πE: taxa de inflação esperada
β: sensibilidade dos preços à taxa de desemprego
μ: taxa de desemprego
μN: taxa natural de desemprego

- Ao acrescentar a inflação esperada com expectativas adaptativas, ou seja, aquela que leva em conta a inflação passada, tem-se que a curva de Phillips será deslocada em relação à curva original, no montante da inflação esperada (π_E):



- Dessa vez, caso o desemprego seja igual ao desemprego natural, a inflação será igual à inflação esperada, caracterizando uma inflação totalmente inercial; a inflação passada determina, completamente, a inflação presente.

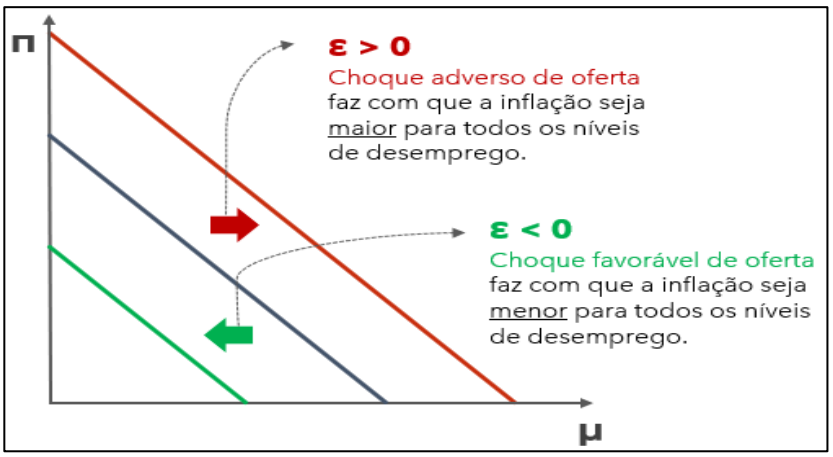
- Essas modificações na curva de Phillips, propostas por Milton Friedman e Edmund Phelps, implicam que a taxa de desemprego deveria ser mantida acima do que consideraram a taxa natural de desemprego, pois dessa forma a inflação seria inferior à inflação esperada, fazendo com que as expectativas adaptativas fossem reduzidas, período a período. Por isso o nome **"curva de Phillips aceleracionista"**.

- Contudo, para chegarmos à versão moderna da curva de Phillips, precisamos acrescentar outra força à equação: os **choques na oferta**.

- Como vimos, os choques negativos provocam aumento nos preços e queda na produção, enquanto os choques positivos provocam queda nos preços e aumento na produção. Isso equivale, respectivamente, a deslocamentos para a direita e para a esquerda na curva de Phillips, cuja equação fica assim: $\pi=\pi_E-\beta(\mu-\mu_N)+\varepsilon$

Onde:
π: taxa de inflação
πE: taxa de inflação esperada
β: sensibilidade dos preços à taxa de desemprego
μ: taxa de desemprego
μN: taxa natural de desemprego
ε: choque de oferta (adverso)

- Portanto, sempre que houver choque de oferta adverso, ε assumirá um valor positivo, e a curva de Phillips será deslocada para a direita. Em caso de choque de oferta positivo, ε será negativa, e a curva de Phillips irá para a esquerda.



- Portanto, temos, a seguir, demonstradas as **três forças** que determinam a inflação, de acordo com a **curva de Phillips com expectativas adaptativas e choques de oferta** (guarde esse nome!).

INFLAÇÃO ESPERADA
É o componente inercial da inflação

CHOQUES DE OFERTA
É o componente da oferta na inflação

$$\pi = \pi_E - \beta(\mu-\mu_N) + \varepsilon$$

DESEMPREGO CÍCLICO
É o desvio do desemprego em relação ao seu nível natural.
É o componente da demanda na inflação

- Portanto, a inflação pode ser considerada uma **inflação de oferta**, uma **inflação de demanda**, ou uma **inflação inercial**, conforme o componente que tenha maior relevância em sua formação.

Balanço de Pagamentos e Modelo IS-LM para Economias Abertas

17. Balanço de Pagamentos

- É o registro sistemático das transações entre residentes e não residentes de um país durante determinado período de tempo.

Residentes e Não residentes

- Para definir se uma pessoa ou empresa é residente, avalia-se se seu **centro de interesse econômico** predominante fica no país em questão. A pessoa ou empresa tem seu centro de interesse no país e desenvolve alguma atividade – por tempo indeterminado ou determinado superior a 2 anos – ou transação econômica de escala significante.

- Portanto, ao contrário do que pode parecer, o critério de residência não consiste em morar ou ter sede em um país, mas sim em produzir e consumir o PIB do país. Observe alguns exemplos no quadro abaixo:

Residentes	Não residentes
Pessoas físicas que cooperam na formação/consumo do PIB de um país.	Pessoas físicas que estão a turismo ou negócios no país em questão.
Pessoas que têm **residência fixa** no país, incluindo estrangeiros e pessoas que estão no exterior em caráter não permanente, fazendo turismo ou viagens de negócios.	Pessoas jurídicas instaladas fora do país em questão (inclusive filiais de empresas brasileiras).
Pessoas jurídicas instaladas no país (**inclusive filiais** de empresas estrangeiras).	Embaixadas instaladas no país em questão.
Embaixadas do país no exterior Funcionário em serviço no exterior.	Pessoas físicas em trabalho temporário no país em questão.

Estrutura do Balanço de Pagamentos

1. Balança comercial (exportações e importações)
Exportação
Importação
2. Balança de serviços (receitas e despesas)
Manufatura sobre insumos físicos de terceiros
Manutenção e reparo
Transportes
Viagens
Construção
Seguros
Financeiros
Outros
3. Renda Primária (receitas e despesas)
Salários e ordenados
Renda de investimentos
Demais rendas primárias
4. Renda secundária (receitas e despesas)
Transferências correntes
Saldo do Balanço de Pagamentos em Transações Correntes (1+2+3+4)
5. Conta Capital (receitas e despesas)
Ativos não financeiros não produzidos
Transferências de capital
6. Conta Financeira Concessões líquidas (se +) ou captações líquidas (se -)
Investimento direto
Investimento em carteira
Derivativos
Outros investimentos
Ativos de reserva
7. Erros e Omissões

O Balanço de Pagamento é dividido em duas partes: **acima da linha** e **abaixo da linha**. E que linha é essa? É o saldo de **Pagamentos em Transações Correntes, que pode ser chamado de Saldo da Conta Corrente ou Saldo em Transações Correntes**.

- Sendo assim, as transações correntes, o grupo de contas acima da linha, são as que se referem à exportação e importação de bens e serviços, a conta de rendas de fatores de produção (Rendas Primárias), e as transferências correntes (Rendas Secundárias).

- Portanto, o saldo acima da linha é composto por 1+2+3+4.

- Abaixo da linha temos as denominadas contas de capitais, que incluem os denominados **capitais autônomos e capitais compensatórios**.

- Dessa forma, **capitais autônomos** incluem os ativos não financeiros não produzidos2, as transferências de capital, os investimentos diretos, os investimentos em carteira, os derivativos e outros investimentos (como empréstimos e investimentos em moeda). Recebem esse nome pois não têm por objetivo precípuo financiar o balanço de pagamentos.

- Os **capitais compensatórios**, por outro lado, são os movimentos de capital que são precipuamente utilizados para financiar o balanço de pagamentos do país em questão, quando este é deficitário, ou do resto mundo, caso contrário.

- Trata-se das contas de caixa (Ativos de Reserva), bem como **empréstimos** que o país toma de organismos internacionais como o **FMI para financiar seu Balanço de Pagamentos**, além de eventuais **atrasados**.

- Observe que tanto os empréstimos de organismos internacionais como o FMI quanto os atrasados são lançados como **Outros Investimentos**.

- O saldo de movimentos autônomos e compensatórios é obtido pela soma dos itens 5+6 da estrutura demonstrada.

- A conta de erros e omissões tem caráter residual, ou seja, serve para "fazer a conta fechar", uma vez que não é possível registrar todas as transações dos residentes de um país com os não residentes.

Sempre que um país incorre em déficit em sua conta corrente (saldo em transações correntes negativo), ocorre aumento do **passivo externo líquido**, e se um país registra superávit em transações correntes, há aumento de seu **ativo externo líquido**.

Crédito e débito nas contas do Balanço de Pagamentos

Lançamos a Crédito (C):

i. exportações de bens e serviços;
ii. receitas;
iii. redução de ativos de reserva;
iv. aumento de obrigações.

Lançamos a Débito (D):

v. importação de bens e serviços;
vi. despesas;
vii. aumento de ativos de reserva;
viii. redução de obrigações.

Relações fundamentais do Balanço de Pagamentos

- **Saldo em Transações Correntes e Poupança Externa:**

  ix. Existe uma relação entre o saldo em transações correntes e a poupança do resto do mundo: **o saldo em transações correntes com sinal invertido é igual à poupança externa**:

$$-TC = P_{EXT}$$

- **Saldo do BP e Ativos Reserva:**

- O BP é sistematizado de tal forma que o saldo em transações correntes somado ao saldo da conta capital e erros e omissões é igual ao saldo da conta financeira, ou seja:

$$BP_{TC} + CC + EO = CF$$

- Portanto, o saldo de transações correntes, somado ao saldo da Conta Capital deveria ser igual ao saldo da Conta Financeira... mas ele não costuma ser. Por isso, devemos considerar também o saldo de **Erros e Omissões**.

- Se quisermos evidenciar o comportamento dos "Ativos de Reserva", ou seja, das reservas internacionais, vamos separar da Conta Financeira, que passa a ser representadas por CF* (conta financeira sem os ativos de reserva): **BP_{TC} + CC + EO = CF* + Ativos de Reserva**

- Agora, se passarmos CF* para o outro lado, obteremos o seguinte:

$$BP_{TC} + CC + EO - CF^* = \text{Ativos de Reserva}$$

18. Modelo IS-LM para economias abertas

- Na economia fechada, consideramos dois mercados: o mercado de bens e serviços (cujo equilíbrio é representado pela curva IS), e o mercado monetário (LM). Agora, adicionamos à análise o **mercado externo**, que será representado em equilíbrio pela curva **BP**.

- A curva BP nos mostrará as combinações de juros e renda que equilibrarão o balanço de pagamentos, o qual, para os fins de nossa análise, é composto pelas exportações e importações (balança comercial) e pelo fluxo de capitais autônomos.

- Em nosso modelo, as **exportações** são determinadas pela renda do resto do mundo (Y*), enquanto as **importações** são determinadas pela renda doméstica (Y). Ambas dependem da taxa de câmbio real (E), posto que ela definirá os termos de troca entre os bens nacionais e importados, tornando-os mais baratos ou mais caros, em termos relativos. O **fluxo de capitais autônomos** são os recursos que os países aplicam uns nos outros, e serão maiores quanto maior for a diferença entre os juros internos(r) e os juros externos(r*).

- Podemos resumir a condição de equilíbrio de BP assim: $X(Y^*,E) - M(Y,E) + CF(r-r^*) = 0$

BALANÇA COMERCIAL
Se a renda externa aumenta, aumentam as exportações;
Se a renda interna aumenta, aumentam as importações;
Se a taxa de câmbio real aumentar, a balança comercial melhora;
CAPITAIS AUTÔNOMOS
Se os juros internos forem superiores aos externos (r>r*), os investidores internacionais colocam mais dinheiro no país.

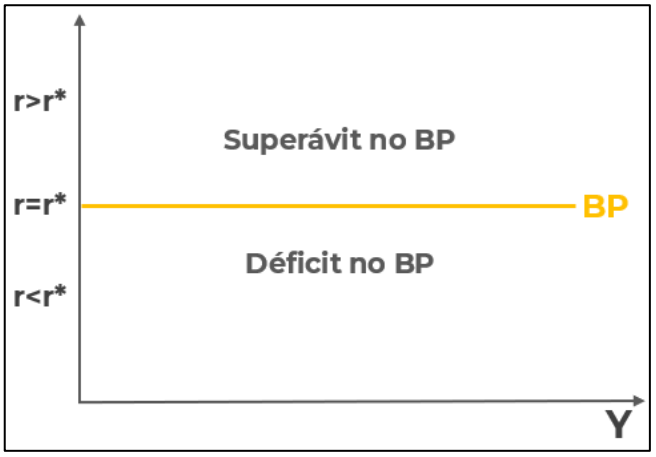
A curva BP: Equilíbrio no balanço de pagamentos

- Quando há **perfeita mobilidade de capital**, significa que os capitais fluem livremente para dentro e para fora do país, ou seja, o país tem livre acesso ao mercado internacional de capitais.

- Isso significa que caso ocorra um déficit em transações correntes (M>X), o país poderá se financiar totalmente com capital externo, e se ocorrer um superávit, a reservas obtidas poderão ser aplicadas no exterior.

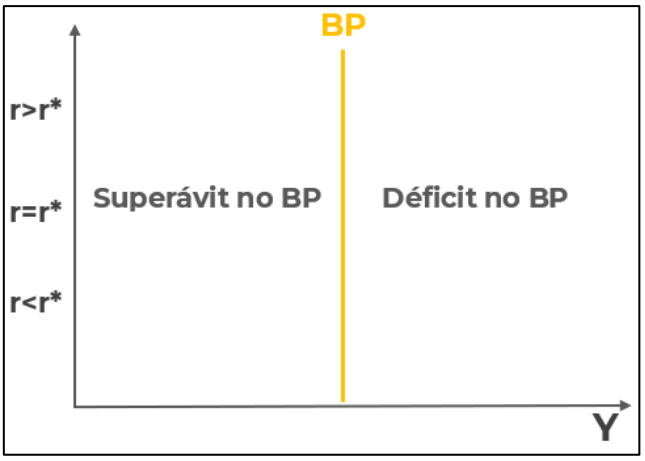
- Portanto, o país não precisa se preocupar com o equilíbrio em Transações Correntes; o que definirá a ocorrência de déficits ou superávits do BP será o diferencial entre as taxas de juros (interna e externa).

- Quando a taxa interna for superior à externa, haverá superávit, decorrente da entrada de capitais acima do nível necessário ao equilíbrio. Se a taxa interna for inferior à externa, haverá saída de capital do país, levando ao déficit. Somente quando a taxa interna for igual à taxa externa (r=r*) haverá equilíbrio.



- Note que a independência do equilíbrio do Balanço de Pagamentos em relação à renda determina a curva BP horizontal, quando há livre mobilidade de capital.

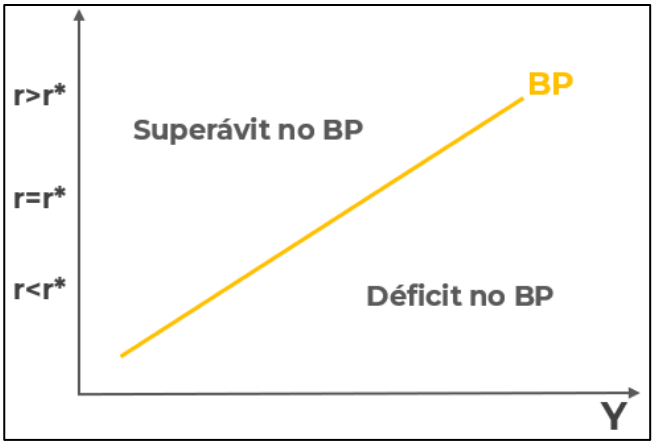
- No outro extremo, existe a situação na qual a economia opera **sem mobilidade de capital**. Nesse caso, um déficit em transações correntes não poderá ser financiado com capitais externos.



- Portanto, o equilíbrio no Balanço de Pagamentos dependerá apenas das transações correntes: caso as importações excedam as exportações, haverá déficit no BP. Conclui-se, portanto, que o equilíbrio no BP dependerá da renda interna a qual, como vimos, é positivamente relacionada ao nível de importações.

- A dependência total do equilíbrio em relação ao nível de renda, determina a verticalidade da curva BP. Dessa forma, se a renda crescer, as importações aumentar e, consequentemente, há déficit no BP. Note que, segundo essa definição, a curva BP é totalmente elástica em relação à renda interna.

- Por fim, temos a situação de **mobilidade imperfeita de capitais**, que é o "meio termo". Nesse cenário, o país depende tanto do nível de renda (Y) quanto da diferença entre as taxas de juros interna e externa para manter o equilíbrio de seu BP.



- Se, por exemplo, a renda interna aumentar, crescerá o nível de importações, acarretando déficit em transações correntes. Esse déficit em transações correntes precisará ser financiado pela entrada de capitais, o que será alcançado pela elevação das taxas de juros internas.

- A inclinação da curva BP, com mobilidade imperfeita de capital, dependerá de quão sensível são os capitais externos às mudanças de juros. Uma curva mais inclinada (mais vertical) indica que é necessário em um grande aumento nas taxas de juros para manter o BP em equilíbrio, indicando que o país tem menor atratividade ao capital estrangeiro e, portanto, menor mobilidade de capital.

Eficácia de políticas monetárias e fiscal em economias fechadas e abertas sob diferentes regimes cambiais

Hipótese	Política	Variável	Câmbio Fixo	Câmbio Flexível
Economia Fechada	Política monetária expansionista	Renda	↑	
		Juros	↓	
	Política fiscal expansionista	Renda	↑	
		Juros	↑	
Perfeita mobilidade de capital	Política monetária expansionista	Renda	-	↑
		Juros	-	
	Política fiscal expansionista	Renda	↑	-
		Juros	-	-
Sem mobilidade de Capital	Política monetária expansionista	Renda	-	↑
		Juros	-	-
	Política fiscal expansionista	Renda	-	↑
		Juros	↑	↑
Mobilidade imperfeita de capital	Política monetária expansionista	Renda	-	↑
		Juros	-	↓
	Política fiscal expansionista	Renda	↑	↑
		Juros	↑	↑

Crescimento e Desenvolvimento Econômico

19. Crescimento Econômico

Modelo de Harrod e Domar

- Considera que o crescimento é decorrente de três variáveis principais:
  - **Taxa de investimento;**
  - **Taxa de poupança;**
  - **Relação produto-capital.**

- Tem por premissa que o Investimento agregado tem dois efeitos:
  - **Efeito demanda**
  - **Efeito capacidade**

- Efeito Demanda e Investimento e o produto **EFETIVO**:

$$\Delta Y_E = \frac{\Delta I}{s}$$

a. Exemplo:

Se a propensão marginal a poupar é igual a 0,2. Havendo aumento de R$100 no investimento, o efeito no produto efetivo será:	$\Delta Y_E = \frac{\Delta I}{s}$ $\Delta Y_E = \frac{100}{0,2}$ $\Delta Y_E = 500$	Se a propensão marginal a poupar é igual a 0,8. Havendo o mesmo aumento de R$ 100 no investimento, o efeito no produto efetivo será:	$\Delta Y_E = \frac{\Delta I}{s}$ $\Delta Y_E = \frac{100}{0,8}$ $\Delta Y_E = 125$

Veja que quando a propensão marginal a poupar é de 0,2 o efeito demanda é muito maior do que quando ela é de 0,8. Isso acontece porque o aumento da renda provoca aumento do consumo, que aumenta a renda, em um processo de retroalimentação que será maior quando as pessoas consomem uma maior parte de sua renda, e menor quando elas poupam uma maior parte de sua renda.
O que vimos aqui é exatamente **o efeito do multiplicador keynesiano**.

- Efeito Demanda e Investimento e o produto **POTENCIAL**:

$$\sigma = \frac{Y_P}{K} \qquad \Delta Y_P = \sigma I$$

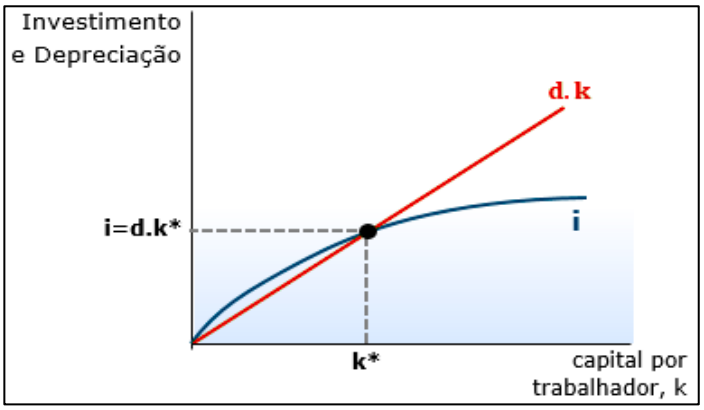
Y	Produto (que é igual à renda)
I	Investimento
S	Poupança
K	Estoque
σ	Relação produto-capital

- **O Equilíbrio no Fio da Navalha**
  - Partindo da hipótese adotada pelo modelo Harrod e Domar de que a relação capital-trabalho é constante, se um país sair do equilíbrio a longo prazo, ele não conseguirá retornar para a trajetória de crescimento equilibrado.

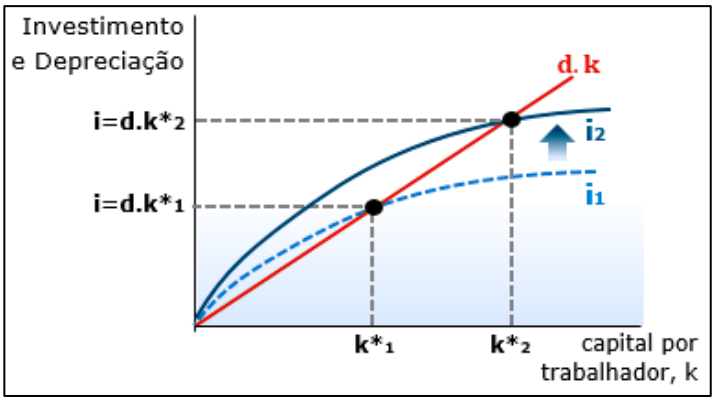
Modelo Solow

- O modelo de Solow explica o crescimento econômico por meio de:
  - **Poupança;**
  - **crescimento populacional; e**
  - **progresso tecnológico.**

- **Poupança:**
  - A **intersecção da curva de investimento bruto com a linha que representa a depreciação efetiva para o capital fornece o nível de capital no estado estacionário**:



  - **A poupança**, segundo o modelo de Solow, é o **principal determinante do investimento**. Portanto, um **aumento da poupança deslocará a curva do investimento para cima**. Veja qual efeito esse movimento terá na economia e em seu estado estacionário:

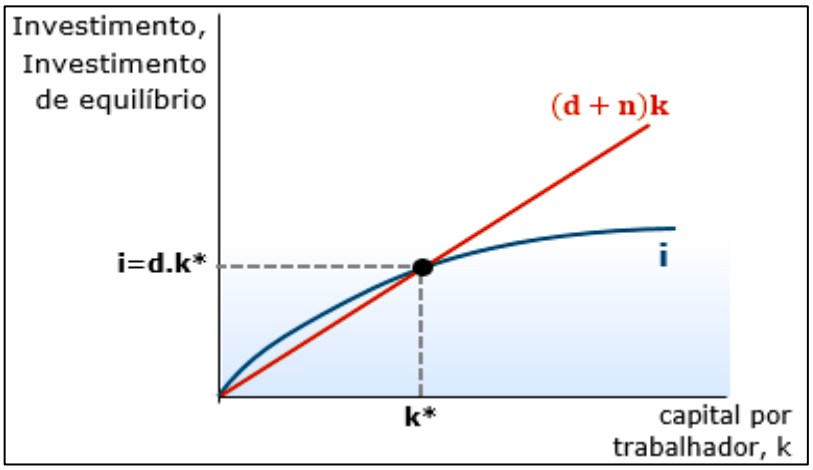


O MAIOR NÍVEL de POUPANÇA trará um CRESCIMENTO DA ECONOMIA, mas somente ATÉ QUE SEJA ATINGIDO o novo ESTADO ESTACIONÁRIO.

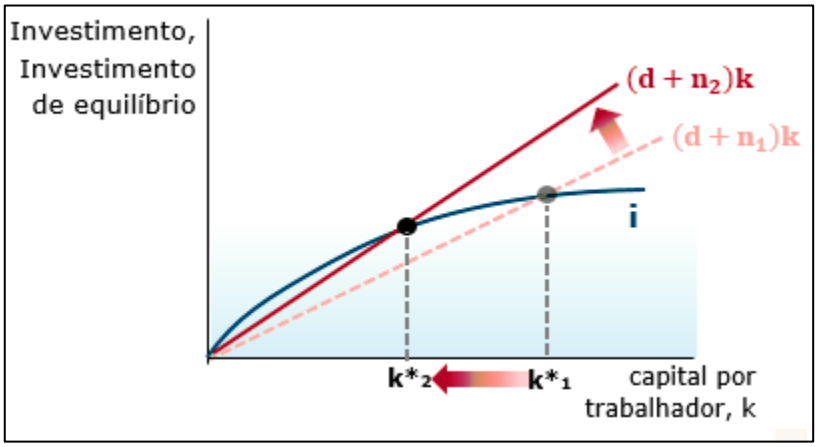
- **Crescimento Populacional:**

  - O crescimento populacional, por sua vez, diminuirá o estoque de capital **por trabalhador**. Afinal, teremos cada vez mais trabalhadores para o mesmo estoque de capital por trabalhador, uma vez que este é **fixo no estado estacionário**.

  - Por isso, o investimento precisa compensar não somente a depreciação, mas também o crescimento populacional (n), para que o capital por trabalhador não diminua. O estado estacionário ocorrerá, então, no nível de capital que iguala o crescimento do capital por trabalhador via investimento e o decréscimo causado pelas taxas de depreciação e de crescimento populacional.



  - Caso cresça a taxa de crescimento populacional, com tudo mais constante, a economia caminhará a um novo estado estacionário - com menor estoque de capital, produto e renda por trabalhador – conforme demonstrado à direita:



A conclusão é que **taxas de crescimento populacional altas provocam menores níveis de capital, renda e produção no estado estacionário**.

- **Progresso Tecnológico:**

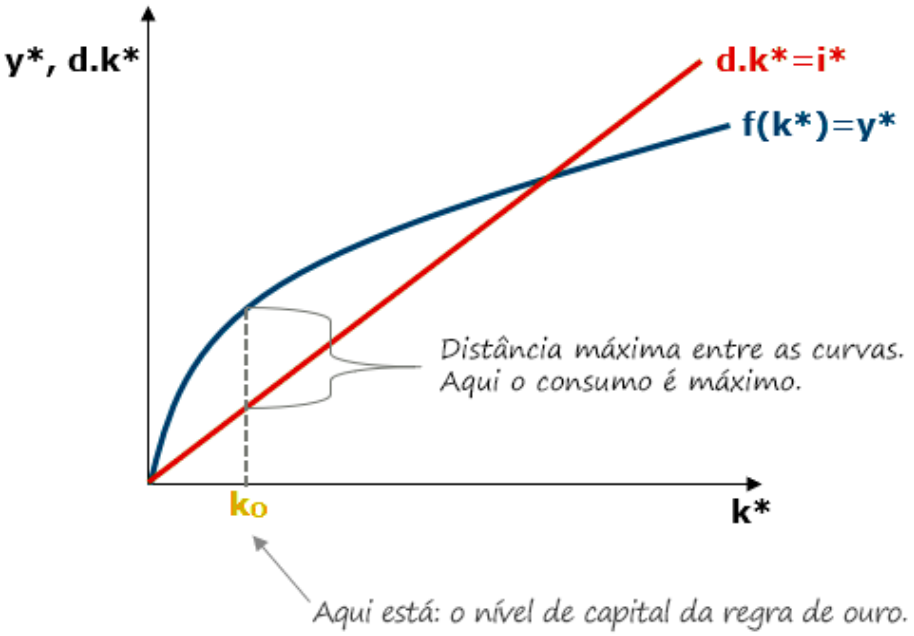
  - A progresso tecnológico não é explicado no modelo de Solow, que o adota como resíduo

(elemento exógeno no modelo de Solow);

- Uma economia em estado estacionário só terá aumentos na produção e renda por trabalhador se houver progresso tecnológico.

- **Regra de Ouro:**

  - Determina o nível de capital que maximiza o consumo no estado estacionário.
  - O consumo será maior quanto maior for a diferença entre produto por trabalhador e depreciação (c*= f(k*) - d.k*). Portanto, o consumo será máximo quando a distância entre as duas curvas for máxima:



20. Indicadores de Desenvolvimento

- **PIB per capita:**

$$PIB\ per\ capita = \frac{PIB}{quantidade\ de\ habitantes}$$

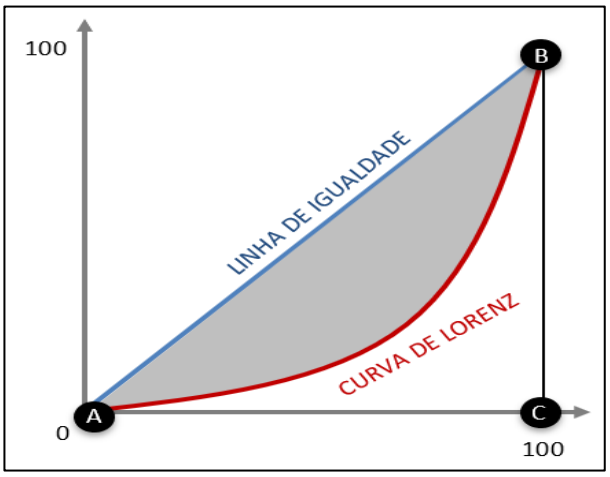
  - Como ocorre com qualquer média aritmética, esse indicador pode ser muito influenciado e enviesado por extremos, o que no Brasil é muito comum.
  - É por isso que o PIB per capita não é um indicador muito bom de desenvolvimento, embora seja ligeiramente melhor do que o PIB.

- **Curva de Lorenz e o índice de Gini:**

  - A curva de Lorenz mostra o tamanho da desigualdade como um **desvio em relação à linha de igualdade**. Quanto **maior o desvio, pior é a distribuição de renda**.
  - O índice de Gini é um número entre 0 e 1 que mede do grau de concentração de renda

em determinado país (ou outra localidade qualquer); **quanto mais próximo de 1, maior será a concentração da renda, e quanto mais próximo de 0, melhor a distribuição da renda.**

- **A curva de Lorenz fornece o índice de Gini**. A área sombreada ao lado, que compreende o espaço entre a linha de igualdade e a curva de Lorenz, dividida pelo triângulo formado pelos pontos A, B e C é o índice de Gini:



- Quanto maior for a igualdade, ou seja, quanto mais próxima da linha fora a curva de Lorenz, menor fica a área sombreada, até que ela alcance o valor "zero", que dividido pelo triângulo será sempre zero.

- Por outro lado, quanto mais desigual a distribuição da renda for, mais a área sombreada se aproxima da área do triângulo. Dividir dois valores iguais quaisquer será sempre igual a 1.
    - E por isso, quanto mais próxima de 1 for o índice de Gini, maior a desigualdade de renda.

- **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)**

- Considera:
    1. **Longevidade;**
    2. **Nível de educação;**
    3. **Renda.**
- Esse índice é calculado anualmente, e os países recebem um valor entre 0 e 1 e são classificados de acordo com a seguinte régua:

Valor do IDH ⇨	Inferior a 0,5	Entre 0,5 e 0,7	Entre 0,7 e 0,8	Superior a 0,8
Classificação ⇨	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto

Tributação

21. Princípios Tributários

Princípio da Equidade

- A tributação deve tratar de forma igual aqueles que são iguais e dar tratamento diferenciado para os desiguais, ou seja, a equidade apresenta duas abordagens:
  - **Equidade horizontal:** é aquela para os "iguais", na qual se aplica a mesma regra de tributação para indivíduos na mesma situação renda.
  - **Equidade vertical:** na qual são aplicadas diferentes regras de arrecadação tributária para os indivíduos com rendas desiguais.

Princípio da Capacidade (ou princípio da habilidade de pagamento)

- Cada indivíduo deve ser tributado de acordo com sua capacidade de pagamento.

Princípio de Benefício

- Afirma que o contribuinte deve receber um **benefício proporcional** ao tributo que ele paga.
- A aplicação prática desse benefício apresenta dificuldades decorrentes da existência dos caronas (*free riders*) e da impossibilidade de precificar esses benefícios de forma direta.

Princípio da Neutralidade

- Determina que a tributação deve influenciar o mínimo possível na economia, evitando a distorção de preços no mercado.
- O tributo também não deve comprometer a competição entre as empresas.

Princípio da Simplicidade

- O sistema tributário deve ser de fácil compreensão para a sociedade, bem como de fácil operacionalização pelo governo, atingindo assim a maior **eficiência** possível na arrecadação.
- Com um sistema simples, é possível até para estimular a **auto arrecadação** do imposto, permitindo que o próprio contribuinte arrecade ou auxilie na arrecadação do tributo.
- Esse princípio pode ser buscado principalmente na etapa de instituição legal do tributo, ou seja, de sua criação por meio de lei.

22. Tributos

- Para que algo possa ser considerado um tributo, é preciso que, cumulativamente:
  - Seja Prestação pecuniária (pagamento em dinheiro);
  - Seja Compulsório (obrigatório);
  - Seja em moeda ou que possa ser mensurado em moeda;
  - **Não** seja sanção de ato ilícito (punição civil ou penal);
  - Seja instituído em lei (apenas lei pode criar tributo);

- Seja cobrado mediante atividade administrativa plenamente vinculada, ou seja, que o governo, por meio do fisco, seja obrigado a cobrar.

Taxas

- São tributos **vinculados a uma contraprestação** do Estado.
- Essa contraprestação, normalmente, é o fornecimento de um bem público como, por exemplo, iluminação pública1, recolhimento de lixo ou emissão de documentos, ou a concessão de alvará ou permissão de funcionamento.
- Não é preciso que essa contraprestação seja efetivamente utilizada, bastando que esteja disponível ao contribuinte.

Contribuições de Melhoria

- Tributo cobrado pelo Estado em consequência de obra pública que proporciona valorização do imóvel, e é cobrado de quem é beneficiado por essa obra, ou seja, o proprietário do imóvel.

Contribuições para a Seguridade Social (COFINS)

- Trata-se de contribuição incidente sobre a receita das empresas, e é destinada a financiar a seguridade social, conceito que abrange a previdência social, a saúde e a assistência social.

Impostos

- Os impostos **não são vinculados**.
  - Os impostos não têm vinculação de receita a órgão, a despesa ou a fundo, salvo algumas **exceções** constitucionais, tais como a vinculação de recursos destinados à **saúde pública**.
  - O imposto incide independente da vontade do contribuinte. Se efetuado o fato gerador, logo será devido o imposto. Não tem atuação direta do Estado no fato gerador, isto é, existe uma previsão legal (lei), que se efetuado pelo contribuinte, será devido o imposto.

Principais classificações de impostos			
Tipo	**Conceito/incidência**	**Exemplos / Bizus**	
Direitos	Sobre rendas ou patrimônio da pessoa.	IR, Simples Nacional, IPTU, IPVA.	
Indiretos	Sobre produtos ou serviços no consumo.	ICMS, ISS, IPI.	**Não atendem ao princípio da neutralidade** - interferem nas decisões econômicas (Ex.: elevação de impostos de produtos considerados nocivos - excise tax).
	Impostos indiretos podem ser: **1. Específicos (ad rem) - varia conforme a QUANTIDADE** ou **2. Ad valorem - varia conforme o VALOR**.		

Proporcionais	Mesmo percentual para todas as diferentes faixas de renda.		
Progressivos	Percentuais diferentes de acordo com a renda - **tributa-se mais quem ganha mais**. (equidade vertical).	IRPF, IRPJ, IPTU.	Ao tributar mais quem pode pagar mais, o governo está exercendo sua **função distributiva**.
Regressivos	Percentuais diferentes de acordo com a renda - **tributa-se mais quem ganha menos**. (equidade vertical).	ICMS, ISS.	Os **impostos indiretos** são regressivos e **prejudicam a distribuição de renda**.
Lump-sum (Fixos)	Aqueles cobrados em um **montante fixo por pessoa, independentemente de qualquer circunstância**.	É um imposto **regressivo**, mas **atende ao princípio da neutralidade**.	
Inflacionário (Senhoriagem)	Receitas que o governo obtém ao emitir moeda.	**Não é, formalmente, um imposto.** Mas tem o mesmo efeito de **financiar o governo retirando recursos da sociedade.**	
"Por dentro"	Considera que a base de cálculo inclui o imposto. (Produto de 100 reais com 15% de alíquota "por dentro" equivale a: produto 85 reais, imposto 15 reais).	O cálculo "por dentro" leva um montante **SUPERIOR** ao cálculo "por fora". **15 reais é 17,65% de 85 reais**.	
"Por fora"	A base de cálculo não considera o valor do imposto. (Produto de 100 reais com 15% de alíquota "por fora" equivale a: produto 100 reais, imposto 15 reais.	IPI	O cálculo "por fora" leva um montante **INFERIOR** ao cálculo "por dentro". **15 reais é 15% de 100 reais**.
Cumulativos	Incidem sobre todas as etapas da produção.	Antiga CPMF.	Chamados de impostos em cascata.
Não Cumulativos	Incidem apenas sobre o valor adicionado em cada etapa de produção.	Também é denominado de IVA (Imposto sobre o Valor Adicionado).	

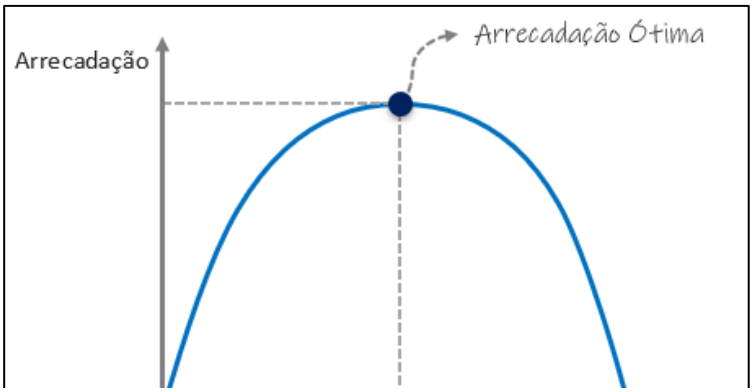
23. Tributação e Eficiência Econômica

Curva de Laffer

- Modelo gráfico que nos mostra a relação entre duas variáveis: o nível de tributação e o correspondente nível de arrecadação de determinado imposto pelo governo.

- Considerações importantes:

  - Conforme aumenta a tributação, inicialmente, aumenta também a arrecadação.
  - Em determinado ponto, o governo atinge a **arrecadação máxima**. É o chamado **ponto ótimo**.



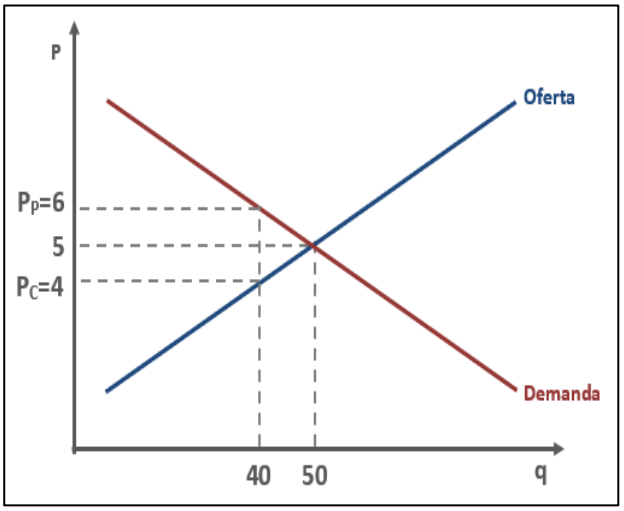
- A partir desse ponto, aumentar a tributação **implica em redução da arrecadação**, pois as pessoas começam a **deixar de praticar o fato gerador do imposto**, seja qual for (trabalho, renda, consumo). Além disso, **pode haver sonegação fiscal**.
- A **elasticidade da arrecadação com relação à tributação** ao longo da curva de Laffer começa positiva, demonstrando que aumentos na tributação aumentarão a arrecadação, mas se torna negativa a partir do ponto ótimo, onde aumentos na tributação reduzirão a arrecadação.

24. Incidência Tributária (repartição do ônus do tributo)

- O imposto recai sobre consumidores e produtores em proporções que variam a depender de suas respectivas **elasticidades**.

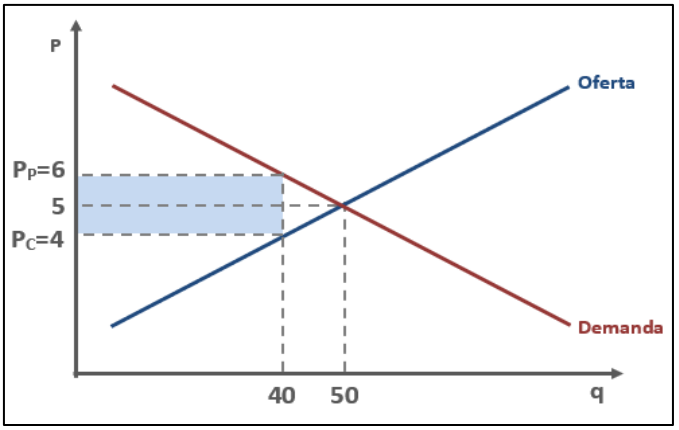
- Ao preço de R$5, estamos em equilíbrio com 50 unidades ofertadas e demandadas. Então, o governo determina um imposto (t) de R$2 sobre esse bem. Isso significa que a diferença entre o que o consumidor paga (PC) e o que o produtor recebe (PP) deve ser de R$2.

- Para tanto, precisamos encontrar o preço ao produtor que é R$2 superior ao preço pago pelo consumidor, que no nosso caso estará no gráfico ao lado.



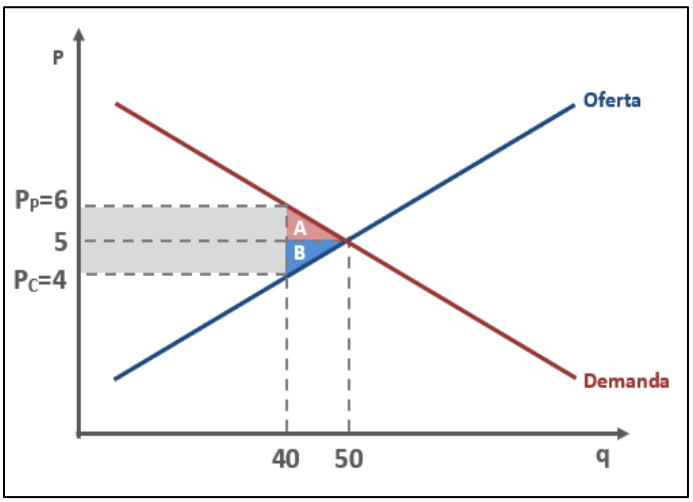
- Perceba, então, que ambos, consumidor e produtor, estão suportando partes iguais desse tributo: o consumidor, que pagava R$5, agora paga R$6. O produtor, que recebia R$5, agora recebe R$4. Cada um "assumiu" metade do imposto. Nem sempre será assim; em determinadas circunstâncias, que conheceremos no próximo tópico, as parcelas assumidas por consumidores e produtores serão diferentes.

- Também podemos analisar essa situação em termos de arrecadação. Como a quantidade desse mercado é agora de 40 unidades, e o governo recebe R$2 por unidade, temos que sua arrecadação é de R$80, ou seja, é igual à área do retângulo sombreado, que tem 2 de altura por 40 de largura.



- Então, podemos dizer que o governo "ganha" R$80, pagos pelo produtor e pelo consumidor, em partes iguais (R$40 + R$40). A princípio, parece um jogo de soma zero, onde uma parte ganha e outras perdem em igual quantia.

- Agora vamos supor que temos 10 consumidores e 10 produtores que gostariam de transacionar, mas não podem. Eles são todos aqueles consumidores que só demandariam o bem se custasse menos de R$6, e todos os produtores que só venderiam se recebessem acima de R$4, e são representados pelos triângulos A e B, respectivamente:



- Portanto, os consumidores perdem bem-estar representado pelo triângulo A vermelho, e os produtores perdem bem-estar representado pelo triângulo B azul. Os dois também perdem o bem-estar equivalente ao retângulo cinza, mas esse é compensado pela arrecadação do governo.

- A área dada pela soma das áreas de A e B, é a **perda por peso morto desse imposto**.

- **Elasticidade e impacto dos impostos:**

Quadro-resumo sobre repartição do ônus tributário de um imposto sobre vendas:	
Situação	**Repartição**
EPD > EPO	Produtores arcam com a maior parte
EPD < EPO	Consumidores arcam com a maior parte
Demanda totalmente elástica	Produtores arcam com tudo
Demanda totalmente inelástica	Consumidores arcam com tudo
Oferta totalmente elástica	Consumidores arcam com tudo
Oferta totalmente inelástica	Produtores arcam com tudo

- **Efeitos de Subsídios:**

  - Como ocorre no caso dos impostos, os consumidores e produtores dividem os benefícios dos subsídios de acordo com suas respectivas elasticidades. Aquele que for menos elástico, desfrutará em maior proporção do que o lado mais elástico.

- **Cálculo da repartição do ônus:**

	Específico	Ad valorem por dentro (%)	Ad valorem por fora (%)	Bizu
Novo preço na curva de oferta	**P - T**	**P.(1 - T)**	$\frac{P}{1+T}$	Substituições que você deve fazer na curva de oferta em cada caso.

Preço pago pelo consumidor	**P'**	**P'**	**P'**	mostra que estamos considerando que o preço depois do imposto vale P'.
Parcela paga pelo consumidor	**P' - P**	**P' - P**	**P' - P**	Basta calcular a diferença entre o preço de equilíbrio após o imposto (P') e antes do imposto (P).
Valor do imposto	**T**	**P' - P**	$T.\left(\frac{P'}{1+T}\right)$	No caso do **imposto específico**, o valor já é dado pela questão (vale T). No caso do ***ad valorem por dentro***, nós devemos (1) descobrir o valor de equilíbrio após o imposto (P') e (2) aplicar sobre ele o valor da alíquota T. No caso do ***ad valorem por fora***, nós devemos (1) descobrir o valor de equilíbrio após o imposto (P'), depois (2), descobrir o valor do preço líquido recebido pelo produtor (cujo método está na quinta linha da tabela) e, finalmente (3), aplicar o valor da alíquota T sobre o preço líquido recebido pelo produtor.
Preço recebido pelo produtor	**P' - T**	**P'.(1 - T)**	$\frac{P'}{1+T}$	No caso **do *imposto específico***, é bem simples: basta fazer preço de equilíbrio após o imposto (P') subtraído do valor do imposto específico (T). No caso do ***ad valorem por dentro***, basta aplicar a alíquota (T) sobre o valor do preço de equilíbrio após o imposto. Podemos aplicar direto a alíquota sobre o preço pois o imposto por dentro está dentro do preço que é cobrado ao consumidor. No caso do ***ad valorem por fora***, é um pouco mais complicado. Isso porque nós não aplicamos a alíquota (T) diretamente sobre o preço de equilíbrio após o imposto. Nós devemos aplicar a alíquota T sobre o valor líquido recebido pelo produtor. Nesta situação, portanto, antes de aplicar a alíquota T, temos que descobrir o valor líquido recebido pelo produtor. Isto acontece pois o imposto por fora não está incluso no preço do produto.

**T = Imposto, P = Preço*

25. Federalismo Fiscal no Brasil

- **Repartição das Receitas:**

Impostos de competência da União: % arrecadação vai para		
	ESTADOS	MUNICÍPIOS
Imposto de renda retido na fonte (**IRRF**)	**100%**	**100%**
IOF s/ ouro ativo financeiro	**30%**	**70%**
Impostos de **competência residual**	**20%**	**-**
Imposto sobre território rural (**ITR**)	**-**	**50% ou 100%**
CIDE combustíveis	**29%**	**25% (x 29%)**
IPI Fundo Compensatório Exportações	**10%**	**25% (x 10%)**

IR + IPI	21,5% (FPE14)	22,5% + 1% (FPM15)
	3% Programas de financiamento das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste	

Impostos de competência dos estados: % arrecadação que vai para os municípios	
IPVA	**50%**
ICMS	**25%** sendo: - ¾, no mínimo, na proporção do valor adicionado em seus territórios; - ¼ conforme dispuser lei estadual.

Tem sido adotado por alguns entes federados algumas soluções no que tange à resolução de problemas durante a execução de projetos públicos. Estas soluções, baseadas em acordos cooperativos, podem ser denominadas informalmente de "**arranjos federativos**". Eles consistem em esforços entre entes federativos na provisão compartilhada de bens públicos.

- **Problemas recentes enfrentados pelo Federalismo Fiscal brasileiro:**

  - **Fundo de Estabilização Fiscal (FEF)**: fundo que sucedeu ao FSE (Fundo Social de Emergência) vigente em 1994 e 1995, por ocasião da implantação do Plano Real. Era destinado a diminuir de forma temporária as vinculações constitucionais a que estava sujeito o governo federal, em relação aos recursos que deveria transferir para estados e municípios.
  - **Lei Kandir**: o Governo Federal convenceu os estados a aceitarem a isenção de ICMS sobre as exportações de mercadorias. À época, o Brasil vivia um grande problema no Balanço de Pagamentos e parecia irracional tributar as exportações. No entanto, os estados da federação não tinham nada a ver com o problema do Balanço de Pagamentos e essa isenção de ICMS significava perda de recursos fiscais para eles. Assim, o governo federal prometeu ressarcir os estados através de recursos do Tesouro Nacional. No entanto, os governadores passaram a reclamar, pois, segundo eles, o aumento das transferências federais foi menor que as perdas que tinham sido induzidos a aceitar. Ou seja, mais conflitos!
  - **Renegociação das dívidas estaduais**: o Governo Federal renegociou a dívida da maioria dos estados brasileiros entre 1997 e 1998, em condições bastante favoráveis aos estados. No entanto, mesmo assim, a dívida de alguns estados era tão elevada que os pagamentos da dívida ainda eram bastante elevados, correspondendo a um percentual bastante relevante da receita estadual. Após as eleições de 1998, vários governadores pleitearam nova renegociação das dívidas que já haviam sido renegociadas pelos governadores anteriores. Houve mais conflitos políticos.
  - **Reforma tributária**: este é um tema que sempre provocou e deve continuar provocando conflitos em um contexto de federalismo fiscal e descentralização fiscal. Por exemplo, o governo FHC, em uma tentativa de reforma tributária, propôs que uma série de impostos fosse extinta, entre eles o ICMS, para a criação de um IVA de nível federal. Logicamente, os estados foram contra, pois perderiam grande autonomia financeira, já que **o ICMS**

representa a maior parte dos recursos fiscais dos estados.

É importante entender que os pontos de tensão acima narrados foram **medidas do Governo Federal na tentativa de contrabalancear a excessiva descentralização fiscal ocorrida como consequência do processo político dos anos 1980**. Ou seja, o FEF, a Lei Kandir, a renegociação das dívidas estaduais e a tentativa de reforma tributária foram medidas com o objetivo de enfraquecer o intenso processo de descentralização fiscal iniciado nos anos 1980.

Economia Brasileira Contemporânea

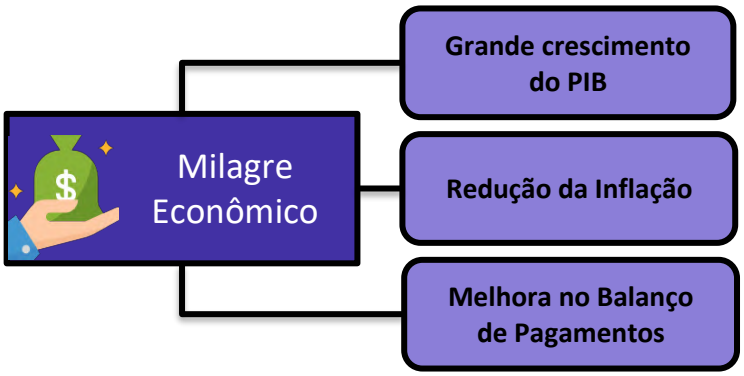
26. O Milagre Econômico (1968-1973)

- Período em que o Brasil viveu uma **fase de grande crescimento** - o PIB cresceu 11% na média do período - devido a:
  - Aumento no consumo de **bens duráveis**;
  - Crescimento do setor de bens de capitais (em menor escala);
  - **Crescimento** expressivo dos **investimentos** no período.

- **Redução da inflação.**
  - A economia vinha crescendo muito pouco, e a **capacidade ociosa da indústria nacional** permitiu que o crescimento ocorresse sem maiores pressões inflacionárias.
  - O combate à inflação foi combinado com a política de crescimento, **deixando de se conter a demanda para incentivar a oferta** principalmente por meio do **crédito ao setor privado**.
- **Melhora no Balanço de Pagamentos.**
  - Instrumento utilizados para aumento da competitividade dos produtos nacionais, diversificação e expansão dos mercados externos:
    - **Medidas fiscais e creditícias**, que incluíam **isenções e créditos de impostos** sobre produtos industrializados e sobre a circulação de mercadorias;
    - **Política cambial flexível**, em forte contraste com o regime fixo adotado até o início de 1968, por meio do sistema de **"minidesvalorizações" cambiais**, política mantida até o final dos anos 1980;
    - **Desburocratização administrativa;**
    - **Promoção de produtos no exterior**;
    - **Melhoria da infraestrutura**;
    - **Formação de empresas comerciais exportadoras (*trading companies*)**.

  - Além disso, durante todo o período, a forte expansão econômica do Brasil refletiu em forte entrada de capital no país. Esses recursos foram considerados os grandes

responsáveis pelo "milagre" brasileiro em relação ao Balanço de Pagamentos. Falando nisso, as exportações e importações também cresceram muito no período.



- Como tudo na vida tem o lado positivo e **negativo**, o "Milagre" econômico vivenciado nesse período não é diferente nesse aspecto:
  - A Correção monetária provocou a **indexação da economia** e é a raiz da **inflação inercial**, que só foi vencida no final do século XX;
  - O país se tornou altamente **dependente nos setores industrial** (**com destaque para o petróleo**) **e financeiro externos**, por conta da **política de endividamento**.

Hoje, há certo consenso de que esses fatores tornaram o país especialmente vulnerável ao que viria a ocorrer no mundo em 1973, ano que encerra o período conhecido como Milagre Econômico.

27. II Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND (1974-1979)

- O **choque do petróleo** implicou em uma **desvalorização das exportações brasileiras frente às importações**, levando **o governo Geisel a optar por um ajuste gradual dos preços relativos**, utilizando a **abundância de recursos externos para financiar os déficits.**
- Remoção dos controles inflacionários de herdados do governo Médici.
  - A inflação descambou a corrigir seu nível, após o que o? governo implementou mecanismos de controle de preços agrícolas e industriais.
- Intervenção em um dos maiores bancos comerciais do país.
  - Causou uma crise bancária que precisou ser contida pela oferta de redescontos de liquidez e pelo aumento da base monetária.
- **O Banco Central e o Banco do Brasil passaram a agir como bancos de fomento, oferecendo crédito para vários programas**, **fato que atuava em direção oposta à tentativa de estabilizar a economia**.
- A dívida externa continuou aumentando expressivamente.

A aprovação do II PND, confirmou a decisão do governo de tentar promover um ajuste estrutural, renunciando ao ajuste conjuntural, com o objetivo de retomada do crescimento, recorrendo ao financiamento externo e tolerando as taxas elevadas de inflação.

- Entre 74 e 79 **a dívida externa mais do que dobrou**, saindo de US$17 bilhões para US$43,5 bilhões.
- **Os juros da dívida foram, de US$ 500 mi no governo Geisel, para US$4,3 bi no primeiro ano do governo Figueiredo, em 1979**.

28. Crise da dívida (1980-1984)

- No final de 1980, os credores internacionais começaram a desconfiar da capacidade do Brasil de honrar suas obrigações, e o fluxo de investimentos no país começou a cessar.
- A deterioração da situação fiscal se tornava evidente, diante da redução na arrecadação, aumento nos gastos com juros sobre a dívida interna, estatais ineficientes (resultado do controle tarifário) e deficitárias.
- Com a dívida externa brasileira passando da casa dos US$80 bilhões, **a decretação de moratória do México** sobre sua dívida externa em agosto de 1982 foi o golpe final para cessarem os recursos para os emergentes, por medo de contágio - e o **fim do modelo brasileiro de crescimento por endividamento**. (No final daquele ano o Brasil pediu socorro ao FMI).

O FMI

- O organismo internacional forneceu alguns recursos de emergência para evitar que o Brasil também desse o calote, mas as dificuldades obrigaram o governo a buscar um ajuste ainda mais radical.
- A política baseava-se em contenção da demanda e estímulo das exportações.
  - Essa política resultou em recessão em 1981 e 1983, com crescimento inexpressivo em 1982.
- Houve aumento do desemprego, como consequência dos ajustes restritivos promovidos nas políticas fiscal e monetária.
- Em 1983 e 1984 o Brasil teve de assinar uma série de entendimentos com o FMI, e o período foi marcado pela perda de autonomia do país na condução da política econômica.
- O ciclo recessivo de 1981 a 1983 foi interrompido em 1984, quando o retorno do crescimento mundial permitiu também o fim da crise da dívida externa e o retorno ao crescimento. Pode-se concluir que a **dívida foi internalizada**.

29. Principais conclusões sobre o período (1968-1984)

- O **milagre econômico** foi um período marcado por vigoroso crescimento, redução da inflação e melhora no balanço de pagamentos;
- O **primeiro choque do petróleo** em 1973 provocou uma longa fase de dificuldades para a economia, evidenciadas no longo quadro de restrição externa;
- O **II PND** obteve sucesso em internalizar os setores de bens de capital e insumos

industriais, reduzindo a dependência do país desses bens;

- A partir de 1979, o diagnóstico do desequilíbrio externo brasileiro mudou, gradativamente, e o governo passou a adotar uma estratégia de **ajuste recessivo**;
- A **correção de preços relativos** foi o foco do modelo de ajuste externo do biênio 1979-80. Esse modelo foi capaz de reverter à tendência deficitária da balança comercial, mas seus efeitos sobre a conta corrente e sobre o saldo do BP foram pequenos;
- A partir de 1981, assumia-se explicitamente o modelo de ajuste recessivo, embora nova **maxidesvalorização cambial** tenha sido implementada em 1983;
- A tendência à **aceleração inflacionária** se manteve na cena econômica brasileira até meados da década de 1990;
- Quanto às contas públicas, apesar da redução do déficit operacional para 3,0% do PIB em 1984, o **déficit nominal** e a **dívida pública** interna mantiveram sua **trajetória ascendente**;
- Grande parte do aumento do déficit em conta corrente a partir de 1979 refletia o **crescimento dos encargos da dívida externa**, explicado pelos **elevados juros internacionais**.

30. Planos de Estatização (1984-1993)

- Os planos implementados pelos governos no período abordado pelo Edital reuniam, muitas vezes, aspectos heterodoxos e ortodoxos, mas os frequentes **congelamentos de preços** e **reformas monetárias** ressaltam as características da **heterodoxia**.

Governo Sarney

- Tomou posse no fim do regime militar (1985), **após dois anos de expressivo crescimento econômico**;
- **Contas** externas **equilibradas**, apesar do **endividamento** externo **expressivo**; **inflação altíssima**, próxima dos 200% ao ano;
- Surgiram duas propostas de combate à inflação inercial: a proposta dos economistas André Lara e Pérsio Arida, que recebeu o nome de **Larida** e; o choque heterodoxo de Francisco Lopes. A Larida assume grande importância alguns anos depois, mas a escolhida naquela ocasião (1986) foi o **choque heterodoxo**.

- **Plano Cruzado:**

  - Colocado em prática em 1986 foi o choque **heterodoxo** (por serem voltadas para a renda), que tinha por objetivo **vencer a inflação**, diagnosticada como **inercial**. Uma de suas principais medidas foi a troca de moeda: **sai cruzeiro**, **entra cruzado**, na paridade que foi determinada em **Cr$1.000,0=Cz$1,00;**
  - Reajustes de salários atrelados à inflação (**gatilho salarial)** e reajuste de aluguéis;
  - **Congelamento de preços:** distribuição injusta da renda, escassez em alguns setores e queda na arrecadação;
  - **Passividade das políticas fiscal e monetária**; **fixação da taxa de câmbio**;

- **Excesso de oferta monetária, consequente queda expressiva dos juros e aumento da demanda por bens e serviços**;
- **O Plano Cruzado II** tentou corrigir os principais equívocos de seu antecessor, em especial quanto ao diagnóstico das causas Inflacionárias, mas **falhou;**
- **Fim da Conta movimento: trouxe maior transparência e reduziu as possibilidades de descontrole orçamentário.**

- **Plano Bresser:**
  - Criação da URP (Unidade de Referência de Preços), que serviria como indexador para os reajustes salariais;
  - Forte **desvalorização do câmbio** e instituição de política de minidesvalorizações;
  - Congelamento de preços, mas desta vez foi diferente: permitiu-se **o reajuste prévio de alguns preços** (energia elétrica, telefonia, aço, pão, leite e combustíveis), com o objetivo de evitar o desabastecimento. Além disso, o congelamento duraria 3 meses e, depois disso, os preços seriam reajustados conforme a URP;
  - **Demandas por reajustes salariais no setor privado pressionavam o governo e o reajuste, dentro do próprio setor público aumentou o déficit**. No final do ano de 1987 **Bresser deixa o Ministério da** Fazenda e em 1988 assume **Maílson da Nóbrega** que era **estritamente ortodoxo**: ao identificar a **inflação como resultante do excesso de demanda**, foi suspenso o reajuste do funcionalismo, também para conter parte do déficit público;
  - **CF 88**: limitou a ação do governo pela vinculação de suas receitas a determinados setores, enrijecimento de suas despesas com a estabilidade do funcionalismo público e criação de novos encargos para a previdência social.

- **Plano Verão** (último do governo Sarney, implantado em 1989):
  - Forte desvalorização da moeda: mais de 16%;
  - O cruzado vira cruzado novo (Cz$1.000,00=NCz$1,00);
  - Conversão dos salários à nova moeda e reajuste de 26,1% referente à inflação de janeiro; não foi definida uma fórmula para reajustes futuros, ou seja, o governo deixou que os patrões e empregados que se entendessem, afinal, a **intenção era combater a indexação da economia**;
  - **Congelamento de preços**, com permissão para que alguns fossem reajustados previamente;
  - **Fixação do câmbio com paridade de um para um com o dólar**, significando o fim das minidesvalorizações cambiais.

Ninguém mais acreditava no governo e em seus congelamentos de preços e, como esperavam o descongelamento a qualquer momento, as pessoas antecipavam o consumo, gerando pressão de demanda e mais inflação. O resultado final do Plano Verão foi uma situação ainda pior da que existia na primavera.

Governo Collor

- Planos Collor I e II

  - Liberalização Econômica e Privatizações com a criação do PND (Plano Nacional de Desestatização).

A maior abertura ao comércio internacional, ainda que não tenha ocorrido no âmbito dos planos heterodoxos de combate à inflação, acabou por contribuir para o sucesso do Plano Real.

- **PICE (Política Industrial e de Comércio Exterior):**

  - Redução progressiva dos níveis de proteção tarifária, eliminação da distribuição indiscriminada e não transparente de incentivos e subsídios e fortalecimento dos mecanismos de defesa da concorrência;
  - Reestruturação competitiva da indústria mediante a adoção de mecanismos de coordenação, de instrumentos de apoio creditício e de fortalecimento da infraestrutura tecnológica;
  - Fortalecimento de segmentos potencialmente competitivos e desenvolvimento de novos setores, por meio de maior especialização da produção;
  - Exposição da indústria à competição internacional, visando maior inserção no mercado externo, melhoria de qualidade e preço no mercado interno e aumento da competição em setores oligopolizados;
  - Capacitação tecnológica da empresa nacional, por meio de proteção tarifária seletiva às indústrias de tecnologia de ponta e do apoio à difusão das inovações nos demais setores.

31. O Plano Real a Economia Pós-Estabilização (1994-2001)

- Ainda como Ministro da Fazenda, FHC montou a equipe que concebeu o Plano Real. Previamente, ocorreu uma pequena "reforma monetária" cortando três zeros da moeda, que deixou de se chamar cruzeiro para se chamar **cruzeiro real;**

- **O começo do Plano Real** consistiu em três fases:

  - **i.** Ajuste fiscal;
  - **ii.** Adoção da URV;
  - **iii.** Reforma monetária.

Ajuste Fiscal (PAI – Plano de Ação Imediata) - aspecto ortodoxo do plano

- Criação da CPMF;
- Foram desvinculadas parte das receitas da União por meio do Fundo Social de Emergência;
- Combate à sonegação fiscal.

URV: a desindexação pela indexação total da economia – aspecto heterodoxo do plano

- Consistia em um índice de preços diariamente atualizado, pelo Banco Central, em cruzeiros reais pelo IGP-M, IPC-FIPE e IPCA-Especial;
- Estabelecida a paridade inicial de **1 URV = 1 dólar.**

Reforma Monetária: o Real

- Todos os contratos, públicos e particulares, foram convertidos para reais, por lei;
- **Âncora Cambial:** Paridade entre o real e o dólar de um para um (câmbio fixo);
- O acúmulo de reservas devido às recentes privatizações e juros altos tornou a âncora cambial executável e houve **forte redução da inflação**;
- Houve expansão monetária devido à atração de capital internacional, assim o BACEN **mantinha a taxa de juros alta** e emitia títulos para frear um movimento inflacionário.

Economia Pós-Estabilização Monetária

- Como consequência da estabilização do nível geral de preços, o Plano Real causou também grande aumento da demanda e da atividade econômica em geral. Contudo, para evitar que a explosão de demanda voltasse a pressionar os preços, **o Banco Central manteve uma política monetária restritiva**, por meio de manutenção de juros reais altos. Ainda assim, a demanda aumentou;
- **Fim do imposto inflacionário;**
- **Aumento das concessões de crédito;**
- **Aumento do consumo;**
- **Aumento do investimento;**
- **Elevação da Dívida/PIB;**
- **Abandono da âncora cambial** (devido a pressões externas e esgotamento das perdas das internacionais para o Brasil). O câmbio passa a flutuar.
- Com Armínio Fraga Neto assumindo a presidência do Banco Central em 1999, o BACEN começa a esboçar o **sistema de metas de inflação**, substituto da âncora cambial na tarefa de manter a inflação sob controle.

As reformas dos anos FHC

- Privatização.
- Fim dos monopólios estatais nos setores de petróleo e telecomunicações.
- Mudança no tratamento do capital estrangeiro.
- Saneamento do sistema financeiro.
- Reforma (parcial) da Previdência Social.
- Renegociação das dívidas estaduais.
- Aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).
- Ajuste fiscal, a partir de 1999.
- Criação de uma série de agências reguladoras de serviços de utilidade pública.

- Estabelecimento do sistema de metas de inflação como modelo de política monetária.

ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE:
PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.

1. Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.

2. Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).

3. Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).

4. Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).

5. Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).

6. Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).

7. Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.

8. O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.

Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.